

Nossa bandeira nunca será azul-vermelha!

EUA agradece oferta de Bolsonaro para abrigar base militar

HORA DO POVO
 ANO XXIX - Nº 3.690 9 e 10 de Janeiro de 2019

★ ★ ★ ★ ★

Servilismo à potência estrangeira irritou militares brasileiros

O secretário de Estado dos EUA, Michael Pompeo, declarou que “nós ficamos satisfeitos com a oferta do presidente Bolsonaro” de uma base militar no Brasil. No entanto, disse Pompeo, seu governo ainda não decidiu se aceita ou não a oferta. “Estamos muito entusiasmados e vislumbramos grandes oportunidades”, disse o ministro de Trump, acrescentando que os EUA também pretendem ocupar a base de Alcântara, no Maranhão – o espaçoporto mais bem localizado do mundo. As declarações foram em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”. **Página 3**



I REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

CEF e Banco do Brasil anunciam que venderão parte dos bancos

Presidente da Caixa aconselha classe média a buscar Santander, Bradesco e Itaú



Na segunda-feira, 7, o governo Bolsonaro empossou os três nomes que irão presidir os bancos públicos no próximo período. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou que pretende abrir o capital de subsidiárias do banco. Falou também que a classe média terá de pagar mais nos juros para o financiamento habitacional ou ir atrás do “Santander, Bradesco, Itaú”. O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, também anunciou a venda de ativos, afirmando que manterá apenas as “joias da coroa”, mas não especificou quais subsidiárias podem ser vendidas. Joaquim Levy, que atuou nos governos de FHC, Lula e Dilma, tomou posse no BNDES. **Página 2**

Ciro: “É uma questão de decência Bolsonaro esclarecer caso Queiroz”

Em entrevista ao jornal El País Brasil, realizada no último dia 2 de janeiro, o ex-governador **Ciro Gomes (PDT)** disse que, a partir de 100 dias de Governo, começará a cobrar o novo presidente, mas que “é uma questão de decência que Bolsonaro esclareça o caso Queiroz”. Ele se apresenta como oposição “pós-PT” e demonstra que tentará ocupar o lugar de líder da oposição. “O PT já foi. Agora eles encontraram alguém que tem coragem de encará-los. Eu sou pós PT”, afirmou. Sobre as próximas eleições, ele diz que o partido pode cogitar seu nome na disputa à presidência, mas que é cedo para falar sobre o assunto, porque “os próximos quatro anos serão uma montanha russa”. Mas admite que é necessário construir “não uma terceira via, mas a via”. **Pág. 3**

Palocci depõe sobre desvios nos fundos de pensão: R\$ 8 bi

O ex-ministro Antonio Palocci prestou nesta segunda-feira (7) o primeiro de três depoimentos ao Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, no âmbito das investigações da Operação Greenfield, que apura desvios em fundos de pensão. De acordo com as investigações, as fraudes nos fundos de pensão de servidores de estatais, como a Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Postal (Correios), podem somar mais de R\$ 8 bilhões. **Pág. 3**



China consegue pousar no lado oculto da Lua, conquista inédita na astronáutica

Sim, a Lua também é redonda. E tem uma parte oculta, que está sempre voltada para o lado oposto da Terra. Pela primeira vez na humanidade, um veículo terrestre pousou nesta metade: a sonda espacial chinesa Chang'e 4. O desafio para a ciência astronáutica chinesa foi manter a comunicação com a sonda, que não pode ser feita de forma direta. Para solucionar esse problema, a China colocou um satélite na Lua, o Queqiao, que faz a triangulação. **Página 6**

“Senado deve ser guardião da democracia”, diz Tasso Jereissati

Para o senador Tasso Jereissati, o Senado deve ser “um guardião intransigente dos mais caros valores da nação”. Entre eles, a democracia e os direitos humanos. **Pág. 3**



Governo correu para desdizer IOF e IR de Bolsonaro

Presidente ligeiro nem leu o que assinou. **Página 3**

Conversa fiada não conteve franceses

Dezenas de milhares de franceses voltaram às ruas no sábado (5) para nova jornada de protesto contra a política de arrocho salarial de Macron. **P. 7**

PM do CE desmente Mourão: “Efetivo não está de férias”



Cerimônia de posse, na segunda, 7 Presidentes da Caixa e BB anunciam vendas de ativos

Na segunda-feira, 7, o governo Bolsonaro empossou os três nomes que irão presidir os bancos públicos no próximo período. Joaquim Levy, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Pedro Guimarães, para a Caixa Econômica Federal (CEF), e Rubem Novaes, para o Banco do Brasil.

Ao tomar posse, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães - sócio do banco Brasil Plural - anunciou que pretende abrir o capital de subsidiárias do banco público para pagar uma dívida de R\$ 40 bilhões com o Tesouro Nacional.

Segundo Guimarães, para quitar essa dívida, será feita a venda de ações de empresas subsidiárias - controladas pela Caixa Econômica Federal - como as empresas de cartões, seguros, asset management (administração de recursos de terceiros) e também de loterias.

O novo presidente do banco falou também que a classe média terá de pagar juros de mercado para o financiamento habitacional. Segundo ele, serão juros maiores do que os oferecidos nas operações do Minha Casa Minha Vida, programa habitacional que conta com juros subsidiados para a população de baixa renda.

"Se hoje você tem zero de empréstimo para pessoas de classe média, não vão ser os juros do Minha Casa Minha Vida. Quem é classe média tem de pagar mais. Ou vai buscar no Santander, Bradesco, Itaú. E vai ser um juros de mercado [na Caixa Econômica Federal]. A Caixa vai respeitar os juros de mercado", disse.

O presidente do Banco Brasil (BB), Rubem Novaes, também falou em venda de "alguns ativos". Segundo Novaes, ativos que "não guardam sinergia com suas atividades principais" serão avaliados para desinvestimento. Já os "altamente rentáveis" estão passíveis de abertura de capital e de parcerias.

"O objetivo é sempre maximização de valor para os acionistas", disse o economista que, durante o período de transição, chegou a dizer que a orientação era "privatizar o que for possível".

Quando anunciou sobre a venda de ativos, ressaltou que manterá as "joias da coroa". Questionado sobre ao que se referia, ele citou as partes de administração de fundos, meios de pagamentos, seguridade, crédito para pessoa física e pequenas e médias empresas. O presidente do banco não informou quais subsidiárias podem ser vendidas. "O banco é uma empresa de capital aberto, então, certas questões que tem reflexo no mercado não podem ser comunicadas dessa forma. Tem que ter formalização maior", disse.

Já Joaquim Levy afirmou que é necessário adequar o balanço do banco para combater o que chamou de patrimonialismo e distorções de governos anteriores para trabalhar.

"[Precisamos] adequar o nosso balanço que hoje depende em uma proporção exagerada, embora menos do que há quatro anos, dos recursos do Tesouro. E tem que ser adequados para que se tenha o adequado retorno para a população", disse.

De governos anteriores Levy entende. Afinal, foi secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no ano 2000, no governo Fernando Henrique. Na administração Lula, foi secretário do Tesouro Nacional entre 2003 e 2006. No governo Sérgio Cabral, foi secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (2007-2010).

Depois de quatro anos na Diretoria do Bradesco (2010 e 2014), Levy assumiu o Ministério da Fazenda em 2015, na administração Dilma Rousseff, dando início à maior recessão da história do país. Antes de assumir a presidência do BNDES, fez parte da Diretoria Financeira do Banco Mundial. Assim como Paulo Guedes, - ministro da Economia - Levy é egresso da Universidade de Chicago (Estados Unidos), a Meca do neoliberalismo.

Bolsonaro corta R\$ 8 e salário mínimo fica abaixo do previsto



João Goulart Filho disputou a Presidência em outubro pelo PPL. Goulart: "Foi para decretar esse mínimo que Bolsonaro acabou com o MTE"

"As primeiras medidas do governo Jair Bolsonaro sinalizam claramente para uma perseguição contra os trabalhadores brasileiros", afirmou João Goulart Filho, que disputou a Presidência da República em outubro pelo Partido Pátria Livre (PPL). "Ele esquartejou e extinguiu o Ministério do Trabalho, criado por Getúlio, e, em seguida, decretou um salário mínimo de apenas R\$ 998, abaixo do valor - que já era bastante insuficiente - de R\$ 1006, que o Congresso Nacional havia aprovado", acrescentou Goulart.

"Chega a ser ridículo o Presidente da República assinar decreto cortando 8 reais do salário previamente aprovado, só para dizer que quem manda é ele, e que a ideia é esfolar o povo", observou. Para o dirigente político, "a economia brasileira não sairá da estagnação em que se encontra com um salário mínimo tão reduzido como este que Bolsonaro decretou, e que mantém asfixiado o nosso mercado interno". "Os empresários brasileiros não encontrarão compradores para seus produtos", alertou João Goulart.

"Dissemos várias vezes durante a campanha que o nosso salário mínimo é um dos mais

baixos do mundo. Ele é metade do salário de Portugal e Grécia; um terço da Coreia e Japão; um quarto dos Estados Unidos e França, um quinto da Alemanha. É menor que o da Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru, Panamá. Menor até que o do pequenino Paraguai", denunciou. "E tempo de resistirmos a essa medidas de arrocho que só prejuízos trarão ao nosso povo e ao nosso país", conclamou Jango.

"Sem dinheiro circulando nas mãos da população, a economia não gira, a indústria não produz, as lojas não vendem e o desemprego se mantém nas alturas. O que está amarrando a economia não são salários altos dos trabalhadores e nem direitos demais, como diz o governo, é exatamente o contrário", disse Goulart. "É um erro grave achar que a saída para a crise está em mais arrocho sobre o poder de compra da população. Arrancar o couro dos trabalhadores só vai agravar a situação de crise", prosseguiu.

"Ninguém deve se iludir com a ideia, difundida pelo Planalto, de que, reduzindo os salários e cortando direitos internamente, haverá investimentos estrangeiros

e os industriais brasileiros vão conquistar mercados pelo mundo a fora", avaliou João Goulart. Segundo ele, "país nenhum está abrindo os seus mercados". "O sentido é inverso, salientou, "a primeira coisa que John Bolton, representante de Donald Trump, disse a Bolsonaro, em sua viagem ao Brasil, é que o governo tem que facilitar a entrada de produtos americanos no nosso país".

Para João Goulart Filho, "o que está amarrando a economia brasileira não é o excesso de gastos com o povo, como sinaliza Paulo Guedes. E a falta de dinheiro na base social, é a dramática desigualdade que há no país". Goulart cita dados do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social que aponta que, além do salário mínimo ser baixo, "80% da população brasileira vive com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais". "O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo, segundo Relatório de Desenvolvimento do Pnud. Dados divulgados pelo Banco Central, revelam que sessenta mil brasileiros têm R\$ 2 trilhões aplicados no exterior", denunciou Goulart.

Governo de transição debate aumento da tributação de alguns setores e da alíquota de servidores e militares à Previdência

Após tomar posse, na terça-feira, 1º de janeiro, Jair Bolsonaro assinou decreto fixando o salário mínimo em R\$ 998.

O valor ficou abaixo dos R\$ 1.006 previstos no orçamento da União para este ano e representa um reajuste de 4,61% (R\$ 44) em relação ao ano passado.

O corte de R\$ 8 reais em relação ao que estava previsto deixou eufóricos os comentaristas de plantão que consideraram a medida um "bom sinal" no início do novo governo.

"O governo projeta que cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera um incremento de cerca de R\$ 300 milhões ao ano nas despesas do governo. Imagina mais R\$ 8?", disse um deles.

Para o governo, que desde a campanha eleitoral não escondeu a intenção de aprofundar a desvalorização do mínimo, suspendendo qualquer política que garanta aumento real, trata-se de evitar um "impacto nas contas".

Para isso, defende que é preciso é cortar o salário mínimo, colocar uma idade mínima na aposentadoria, cortar pensões, saquear os salários de civis e militares elevando a alíquota para a Previdência, demitir servidores, "enxugar o estado". Tudo isso. Menos estancar os juros aos bancos, ou os bilhões em subsídios a montadoras estrangeiras, já que para esses a ajuda do estado vai bem, obrigada.

MÍNIMO

Nem é preciso dizer o quanto o salário mínimo no Brasil é miserável. Até este ano vigorou uma lei paliativa que garantia que o reajuste do mínimo seria

baseado na inflação do ano vigente mais o índice do PIB de dois anos antes. A partir do próximo ano, uma nova lei será estabelecida e o governo fala em suspender qualquer regra que trate de aumento real nos salários.

O salário mínimo não só garante a remuneração básica do trabalhador como é também piso de referência dos benefícios da Seguridade Social - que incluem Previdência, assistência social e o seguro-desemprego.

É essa garantia mínima para os trabalhadores e beneficiários da Seguridade que o governo chama de "excesso de gastos".

O projeto de Bolsonaro, Guedes e companhia, já exposto durante a transição do governo, além de não garantir aumento real do salário mínimo, é o de desindexar os reajustes dos benefícios da Previdência, desobrigando o governo de corrigir os salários conforme a inflação, ou seja, pagando benefícios abaixo do mínimo.

Não basta o salário mínimo do Brasil já ser um salário miserável, abaixo até mesmo do salário do Paraguai (aproximadamente U\$ 377, ou R\$ 1.467,79). Não basta ainda que 64,70% dos 34,63 milhões de beneficiários do INSS (isto é 22,41 milhões) recebam esse salário mínimo, segundo dados da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) com dados da Previdência Social gerida pelo INSS.

O governo quer pagar um salário ainda menor do que esse valor. No entanto para isso, só com mudança na Constituição, o que precisaria do apoio de 308 deputados e 49 senadores.

JÚLIA CRUZ



Secretário desmente IOF e diz que Bolsonaro se confundiu de "fato, de época ou de debate"

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, desmentiu, na sexta-feira, 3, o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), anunciado por Bolsonaro no mesmo dia.

"Não, não. Deve ter sido alguma confusão. Ele não assinou nada. Ele sancionou o projeto de benefício e assinou um decreto limitando o usufruto desse benefício à existência dos recursos orçamentários", disse Cintra ao deixar o Palácio do Planalto após ter se reunido com Bolsonaro.

Cintra disse que Bolsonaro deveria estar "provavelmente" se referindo a "algum outro fato ou alguma outra época ou algum outro debate não a este que está especificamente relacionado à questão deste benefício fiscal".

O benefício a que Cintra se refere é o da prorrogação de isenções fiscais às regiões Norte e Nordeste, com a sanção de lei que prorroga incentivos para empresas instaladas nas áreas de atuação das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do

Nordeste (Sudene). Segundo Bolsonaro, para garantir esses benefícios seria elevado o IOF.

"Infelizmente, foi assinado decreto nesse sentido para quem tem aplicações fora. E para poder cumprir uma exigência de um projeto aprovado, tido como pauta bomba, contra nossa vontade", disse Bolsonaro.

Ainda na sexta-feira, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também afirmou que a declaração do presidente era um "equivoco".

O presidente se "equivocou", esclareceu Onyx. "Estava toda uma ceulema no País que era ter aumento de impostos. Não dá para o cidadão que votou no Bolsonaro não ter aumento de impostos e ter aumento de impostos", disse o ministro.

O presidente também havia anunciado redução da alíquota máxima do imposto de renda, o que também foi desmentido por Onyx, que declarou que o governo não pensa na medida. "Não podemos neste momento fazer nenhuma ação que possa resultar em redução de arrecadação".

Funai na Agricultura "é deixar as raposas cuidando do galinheiro", afirma Molon

O deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ) criticou as transferências da demarcação de terras indígenas e quilombolas e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o Ministério da Agricultura, dirigido pela ruralista Tereza Cristina (DEM). "Um absurdo completo", afirmou o deputado.

"Em meio a polêmicas, o presidente havia determinado que a Funai seria submetida ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Agora, ele retoma discurso de campanha e entrega a demarcação de terras ao Ministério da Agricultura. É como deixar as raposas cuidando do galinheiro", condenou Molon em seu Twitter.

"Ainda no dia de sua posse, o novo presidente mostra como serão os próximos 4 anos: de direitos perdidos e aumento das desigualdades", ressaltou. O deputado do PSB é coordenador da Frente



Deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ)

Parlamentar Ambientalista. Ele repeliu a tendência do governo Bolsonaro de subordinar o meio ambiente aos interesses mesquinhos e gananciosos do agronegócio. "Não faz sentido subordinar a proteção do meio ambiente do país - que, perante o mundo inteiro, é conhecido como o país da Amazônia e da biodiversidade - à ganância por lucro rápido e fácil", disse o parlamentar.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp. Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Marcos Moura/El País

Foi candidato a presidente pelo PDT

'Caso Queiroz trata-se de uma notícia crime em potencial', diz Ciro

Em entrevista ao jornal *El País Brasil*, realizada no último dia 2 de janeiro, que reproduzimos trechos abaixo, o ex-governador Ciro Gomes (PDT) disse que, a partir de 100 dias de Governo, começará a cobrar o novo presidente, mas que "é uma questão de decência que Bolsonaro esclareça o caso Queiroz".

Ele se apresenta como oposição "pós-PT" e demonstra que tentará ocupar o lugar de líder da oposição. "O PT já foi. Agora eles encontraram alguém que tem coragem de encará-los. Eu sou pós PT", afirmou.

Sobre as próximas eleições, ele diz que o partido pode cogitar seu nome na disputa à presidência, mas que é cedo para falar sobre o assunto, porque "os próximos quatro anos serão uma montanha russa". Mas admite que é necessário construir "não uma terceira via, mas a via".

Segue a entrevista:

El País. No discurso de posse, Bolsonaro falou em libertar o povo do socialismo. O que ele quis dizer com isso?

Ciro Gomes. O inquietante é que ele falou isso no discurso de posse, que costuma ser projetado para a história. Não era para ser um arroubo de palanque, mas o que ele repete é um arroubo de palanque que parte da premissa da ignorância do povo. Ele supõe que o povo é burro, incapaz de saber o que é socialismo. E, ao afirmar isso, esconjura na palavra socialismo todo o ranço conservador, que tem dois planos: conservadorismo de costumes e conservadorismo econômico. É uma tragédia, porque significa que o camarada, ao iniciar o Governo, anuncia que vai permanecer no palanque. Fica dizendo bobagens superficiais e se afirma num antipetismo também superficial.

EP. Bolsonaro disse que não vai aceitar corrupção. Mas antes da posse, sua família já estava envolvida em suposto escândalo de corrupção. Agora que é presidente não seria bom que este caso fosse bem esclarecido?

CG. É imperativo, especialmente para quem assentou na sua identidade o moralismo e que tem a presença simbólica do (Sérgio) Moro, um juiz exibicionista, chibata moral da nação. E tem coisas práticas: Bolsonaro, como deputado, já malversou verba do seu gabinete. O caso do Queiroz, agora, trata-se de uma notícia crime em potencial. É uma questão de moral e de decência esclarecer isso. Até porque esta foi a pedra angular da campanha que deu ao Bolsonaro o mandato como presidente. Se Bolsonaro emprestou dinheiro ao tal Queiroz, cadê o cheque? Que dia foi? Essa foi uma nova operação Uruguai como a do Collor? Foi antes ou depois do escândalo, para tentar cobrir o episódio? Se foi um empréstimo, de onde saiu o dinheiro do Bolsonaro para emprestar? São coisas concretas relativas ao presidente. Sérgio Moro está obrigado a esclarecer isso à nação brasileira. Eu quero dar um tempo. Não quero ser um trombeteiro que nem um petista raivoso, que é o tipo mais parecido com um bolsonion. Deixa o Bolsonaro tomar pé das coisas. Mas daqui a uns 100 dias, tenho toda uma plataforma por onde vou começar a cobrar. Porque foi este o papel que a nação deu a mim. O papel da oposição é estimular Bolsonaro ao jogo democrático, obrigá-lo a seguir a institucionalidade democrática.

Leia e assista o vídeo da entrevista na íntegra em www.horadopovo.org.br

Pompeo agradece a Bolsonaro oferta de base militar aos EUA



Reprodução

Bolsonaro bate continência para John Bolton, assessor de Trump

Roberto Freire: "base militar dos EUA no Brasil é um grave equívoco; devemos lutar contra"

O presidente do PPS, Roberto Freire, considerou "um grave equívoco" a oferta de instalação de uma base militar norte-americana em território brasileiro feita por Jair Bolsonaro em entrevista ao SBT, na última quinta-feira (3).

"A ideia de permitir base militar dos EUA no BR é um grave equívoco. Devemos lutar contra trazer para o nosso continente forças militares de outros continentes. Falam em base russa na Venezuela um outro equívoco que deve ser rechaçado. Contra bases militares na América do Sul. PAZ", disse Freire em sua conta no Twitter.

O oferecimento de Bolsonaro para os EUA instalarem uma base militar no Brasil também foi considerada por Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores. "O presidente não exclui esse tipo de possibilidade", disse o ministro.

Ao ser questionado sobre o assunto na sexta-feira (4), em Lima, no Peru, Araújo admitiu que o governo tem "todo interesse em aumentar a cooperação com Estados Unidos em todas as áreas". "Isso é algo que tem que ser conversado. Não haveria problema na questão de uma presença desse tipo", disse.

Sobre esta e outras manifestações de Araújo, Roberto Freire destacou que o ministro das Relações Exteriores "precisa cuidar dos interesses do Brasil nas suas relações com o mundo e não ser um bibelô de alguns pequenos países governados pela extrema direita".

Sobre a fala de Ernesto Araújo, em seu discurso de posse, de que "o Brasil tem que se aliar a si mesmo e não com outros países", Freire ironizou: "Ele quis dizer o seguinte: nada. Um nada absoluto. Um nada filosófico e universal".

O presidente do PPS sublinhou que seria conveniente perguntar aos comandantes das Forças Armadas brasileiras se estão de acordo com essa permissão aos EUA na área militar, uma vez que a ideia não se afina com a política nacional de Defesa.

Freire também comentou declaração do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, de que as exonerações de cerca de 320 servidores comissionados e em cargos de confiança da pasta é parte do esforço do novo governo para "acabar" com "ideias socialistas e ideias comunistas".

"Que degradação. Mesmo sabendo que não há regime fascista entre nós, mas não temos como não comparar com um ministro nazista quando discriminava os socialistas e comunistas e acrescentava também os judeus na Alemanha de Hitler", escreveu na rede social.

O caso Kassab: como o PT comprou o PSD em 2014

Os problemas do ex-prefeito (e ex-ministro de Dilma e de Temer) Gilberto Kassab são os seguintes, segundo relatório da Polícia Federal (PF) e resumo da Procuradoria Geral da República (PGR), endereçado ao responsável, no STF, pelo inquérito, ministro Alexandre de Moraes:

1) Kassab recebeu R\$ 28 milhões do PT para apoiar Dilma Rousseff em 2014;

2) A propina foi paga pela JBS sob a forma, sobretudo, de doação ao Diretório Nacional do PSD, partido presidido por Kassab.

3) O dinheiro passado pela JBS ao PSD, por sua vez, tinha como origem a conta corrente de propinas acertada pelo PT com a JBS: "... todos os valores repassados seriam provenientes de uma espécie de conta corrente de propina

vinculada ao **Partido dos Trabalhadores**, criada a partir das tratativas com **Guido Mantega**, que era quem, no caso, teria dado a autorização de pagamentos à JBS" (cf. **PF, Relatório de Polícia Judiciária nº 124/2018**, p.3).

4) Além disso, Kassab recebia uma mesada de R\$ 350 mil da JBS desde 2010. Ao todo, entre 2010 e 2016, foram repassados cerca de R\$ 30 milhões a Kassab.

5) Essa propina era coberta com notas fiscais frias da **Yape Consultoria e Debates Ltda**, empresa de que Kassab era acionista e tinha um contrato fictício com a JBS.

O contrato fictício era chamado "over price" [sobrepçoço], porque existia outro contrato, este verdadeiro, entre a Yape e a JBS.

Os documentos confirmaram inteiramente

o depoimento de Wesley Batista:

"... o pagamento do 'over price' era feito para a empresa **Yape Consultoria e Debates** também por meio de pagamento de notas fiscais; "... eram feitos pagamentos mensais de R\$ 350.000,00 para a empresa **Yape Consultoria e Debates** referentes ao 'over price';

"... os pagamentos perduraram por sete anos, do início de 2010 até o final de 2016;"

Kassab afirmou, em depoimento à PF, que o dinheiro recebido através desse contrato ("over price") era devido a "serviços referentes a consultoria na área de transportes e logística".

Quis saber a PF: que serviços foram esses?

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

C. L.

Tasso: "o cidadão repudiou a velha política: corrupção, fisiologismo e toma-lá-dá-cá"

Para Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB, ex-governador do Ceará e atual senador pelo Estado, o Senado deve ser "um guardião intransigente dos mais caros valores da nação: a democracia, os direitos humanos, a livre iniciativa e o valor social do trabalho, como dita a Constituição".

"Nas relações com os poderes, o Senado deve ser ativo e independente, mas jamais um retroalimentador de crises", destacou.

Na última sexta-feira (4), Tasso publicou um artigo no jornal *O Povo*, intitulado "O Senado dos novos tempos", no qual discute os reflexos das

eleições de outubro no Senado. Tasso foi eleito senador em 2014 pelo Ceará e será candidato à Presidência da Casa em fevereiro, quando se encerra o mandato do senador Eunício de Oliveira (PMDB).

"O cidadão manifestou repúdio à velha política - corrupção, fisiologismo e toma-lá-dá-cá nas relações entre os poderes. Aos eleitos, cabe fazerem valer esse manifesto, de construir o novo a partir de novas bases. Aos senadores que ficam, cabe entenderem a necessidade da mudança", apontou o senador. "Agora, é hora de renovarmos as práticas, sob pena de - mais uma

vez - perdermos uma oportunidade histórica".

"Há de se reconhecer, porém, que em um país dividido, como se mostrou o Brasil antes e após as eleições, mudanças devem ser conduzidas com serenidade. Se as paixões permanecem na sociedade, ao Senado compete, como instância moderadora, promover o equilíbrio entre os poderes e instituições. Frente aos conflitos de interesses e diferentes visões de mundo em disputa, devemos estar a serviço da conciliação e buscar a convergência em torno dos interesses maiores da nação", afirmou.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Secretário de Estado diz que EUA sempre "avaliam" base e que está "satisfeito" com a oferta antes de ser exigida

O secretário de Estado dos EUA, Michael Pompeo, declarou que "nós ficamos satisfeitos com a oferta do presidente Bolsonaro" de uma base militar no Brasil, mas que seu governo ainda não decidiu se aceita ou não a oferta.

A declaração foi dada em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo":

OESP: Bolsonaro anunciou que o Brasil pode sediar uma base militar dos EUA no futuro. Há planos nesse sentido?

Pompeo: Isso é algo que estamos constantemente avaliando aqui nos EUA: qual a melhor forma de ter bons parceiros na região, bons parceiros ao redor do mundo, e onde, quando e como instalar nossas "US forces". Essa é uma discussão colocada o tempo todo, e nós ficamos satisfeitos com a oferta do presidente Bolsonaro. Eu estou confiante de que vamos continuar as discussões sobre todo um conjunto de temas com o Brasil, enquanto o novo governo vai colocando seus pés no chão. Isso é algo que nós estamos desejando muitíssimo.

Se Trump & cia. não ficassem satisfeitos com tal oferecimento, seria, realmente um fenômeno - talvez, até, o fim dos tempos, onde o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão.

Porém, o que o secretário de Estado dos EUA revelou é que Bolsonaro já ofereceu o território brasileiro para instalar uma base militar norte-americana - e sem que os EUA tenham, sequer, pedido.

Pelo contrário, diz Pompeo, os EUA estão "avaliando" se aceitam, ou não, a oferta.

Bolsonaro dissera, na entrevista ao SBT, na quinta-feira (03/01), sobre a instalação de uma base militar norte-americana em território nacional, que "de acordo com o que puder vir a acontecer no mundo, quem sabe você tenha que discutir essa questão no futuro" (v. [Bolsonaro avança o sinal e 'admite' base americana na Amazônia](#)).

Já era (e continua sendo) um escândalo admitir a simples possibilidade de instalar uma base militar dos EUA no Brasil. Em 197 anos de Independência, nós soubemos nos defender perfeitamente. Se nossas Forças Armadas têm hoje deficiências materiais, devido à mesma política que escolheu com a Saúde, a Educação - e todo e qualquer setor público - o que cabe fazer é reaparelhar nosso Exército, nossa Marinha e nossa Aeronáutica para que possam cumprir o seu papel constitucional, a sua função nacional, que é a nossa defesa, a defesa do país.

É óbvio - ou deveria ser - que em nenhum caso a solução para a nossa Defesa Nacional pode ser a instalação de tropas e aparato bélico de um país estrangeiro, muito menos quando esse país é os EUA.

Aliás, a função de uma base dos EUA em outro país jamais foi a de defender esse país - mas a de ocupá-lo e atacar outros países.

Exemplos não faltam - inclusive em países desenvolvidos da Europa (Alemanha, por exemplo) e Ásia (Japão). Quando foi que as bases dos EUA nesses países tiveram a função de defendê-los?

Como é notório, essas bases estão lá para ameaçar a Rússia e a China - além de manter a Alemanha e o Japão sob controle norte-americano.

O Brasil, naturalmente, não precisa agredir outros países - e nem precisa de uma base estrangeira ocupando o próprio Brasil.

Portanto, era uma monstruosidade Bolsonaro admitir a possibilidade de instalar aqui uma base militar dos EUA.

Porém, o que o secretário de Estado dos EUA disse - e não houve desmentido - foi que Bolsonaro

já ofereceu o território brasileiro para que as forças armadas norte-americanas instalem uma base.

As declarações de Pompeo, embora publicadas no domingo, 06/12, foram dadas no dia 04/12, isto é, no dia seguinte ao que Bolsonaro admitiu a possibilidade de instalar uma base dos EUA no Brasil.

O encontro entre Bolsonaro e Pompeo - que veio ao Brasil para a posse - foi no dia 02/01.

Ou seja, no dia 03/12, quando apareceu no SBT, Bolsonaro já oferecera o território brasileiro para os norte-americanos - isto é, mais precisamente, para Trump e sua quadrilha.

POMPEO

Pompeo, o secretário de Estado dos EUA, é um daqueles resíduos fascistas e escravagistas (ou vice-versa), que subiram ao poder com Trump. Trata-se de um membro do "Tea Party" - a extrema-direita do Partido Republicano -, ex-diretor da CIA, lobista dos nazionistas de Israel - e dos irmãos Koch, donos da Koch Industries, do ramo petrolífero e petroquímico, segunda maior empresa de capital fechado dos EUA (cf. John Nichols, [The Koch Brothers Get Their Very Own Secretary of State](#), *The Nation*, 13/03/2018).

A posição de Pompeo sobre os EUA pode ser resumida rapidamente: é a favor de um estado policial permanente, sob controle e espionagem das agências "de segurança" do país. Quanto à política externa, é a favor de agredir supostos - isto é, fabricados - inimigos dos EUA, de preferência os mais fracos, porque ele é reacionário, mas não é besta.

Não é, portanto, propriamente uma novidade que Pompeo esteja "entusiasmado" com o alinhamento automático de Bolsonaro aos EUA, como disse na entrevista ("*Estamos muito entusiasmados e vislumbramos grandes oportunidades*").

Não apenas com a "oferta" de uma base militar em território brasileiro, mas com a ocupação da base brasileira de Alcântara, no Maranhão, o mais bem localizado espaçoporto do mundo ("*Nós temos muito interesse nessa questão e o Departamento de Estado está negociando esse acordo de salvaguardas tecnológicas com o Brasil, que liberará licenças para lançamentos de veículos espaciais e satélites dos EUA*").

A aberração não está nesse imperialista grosseiro manifestar seu "entusiasmo".

A aberração está em Bolsonaro, com sua subserviência nojenta à metrópole - e até a um protetorado da metrópole, como Israel.

Mais precisamente, não se trata nem ao menos de subserviência à metrópole, mas ao lixo da metrópole.

A justificativa que apresenta para a sua subserviência é a incapacidade do Brasil e dos brasileiros. Assim, ele oferece - e oferece o país - à quadrilha de Trump, porque nós somos incapazes.

Como naquela sua frase, em janeiro do ano passado: "O Brasil não fabrica nem máquina de fazer quatro operações" (o erro de concordância é por conta de Bolsonaro).

Existe, quanto às calculadoras, um cartel composto por duas empresas dos EUA e duas japonesas. Apesar disso, sempre que há qualquer brecha, aparece a produção nacional - às vezes por pouco tempo.

Porém, mesmo que fosse real o que disse Bolsonaro, qual a dificuldade que o Brasil teria para fabricar calculadoras, se houvesse uma política - ou seja, uma decisão de Estado - para isso?

A dificuldade seriam alguns capachos - como Bolsonaro.

CARLOS LOPES

Cintra e Lorenzoni desmentem anúncios sobre o IOF e o IR feitos por Bolsonaro

Na manhã de sexta-feira (04/01), Bolsonaro disse à imprensa que o governo iria aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) "para quem tem operação fora" e diminuir a alíquota máxima do Imposto de Renda (IR), de 27,5% para 25%, "porque o nosso governo tem de ter a marca de não aumentar impostos".

Seus auxiliares correram para desmenti-lo. O secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, declarou que não era verdade o que tinha dito Bolsonaro:

"Não vai haver nada que esteja sendo discutido com relação a alteração no Imposto de Renda.

Imposto de Renda é um capítulo da reforma tributária, que vai ser analisada posteriormente, no tempo correto. Com relação ao IOF, não haveria nenhum incremento do IOF para dar respaldo ou para oferecer compensação aos benefícios fiscais que estão sendo concedidos agora a Sudene e Sudam."

Depois foi a vez do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Disse Lorenzoni, em entrevista coletiva convocada para corrigir o chefe, que Bolsonaro "se equivocou. [O que] ele assinou [foi] a continuidade do projeto da Sudam e da Sudene", não o aumento do IOF.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Palocci depõe sobre desvios de R\$ 8 bi nos fundos de pensão

O ex-ministro Antonio Palocci prestou nesta segunda-feira (7) o primeiro de três depoimentos ao Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, no âmbito das investigações da Operação Greenfield, que apura desvios em fundos de pensão.

De acordo com as investigações, as fraudes nos fundos de pensão de servidores de estatais, como a Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalís (Correios), podem somar mais de R\$ 8 bilhões.

Por ter participado dos governos do PT, Palocci foi ministro da Fazenda de Lula e ministro da Casa Civil na gestão de Dilma Rousseff, a expectativa é que ele possa trazer informações sobre os desvios. Os depoimentos seguem até quarta-

-feira (9), conduzidos pelo procurador Frederico Siqueira Ferreira, um dos integrantes da força-tarefa criada para investigar o caso.

Em uma das denúncias sobre o esquema que já foram apresentadas à Justiça Federal, 14 investigados se tornaram réus, incluindo o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. O grupo foi responsabilizado por um prejuízo de R\$ 402 milhões ao Funcef, em valores atualizados até 2015. R\$ 5,9 milhões foram direcionados ao PT.

Palocci cumpre prisão domiciliar depois de ter sido beneficiado com acordo de colaboração premiada na Operação Lava Jato. O ex-ministro assinou seu acordo com a Polícia Federal de Curitiba em abril do ano passado.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Polícia do Ceará desmente Mourão: “nosso efetivo não está de férias”

Vice-presidente tentou responsabilizar governo, que “sempre tratou mal a PM”, pelos ataques no estado. Corporação diz que declarações são “inverídicas”

A Polícia Militar do Ceará considerou como “inverídica” a fala do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que afirmou que “40% do efetivo da polícia está de férias agora”, em meio à crise de segurança pública vivida no estado. A declaração foi feita em crítica ao governador do estado Camilo Santana que, segundo ele, “sempre tratou mal a PM”. Em seis dias, foram registrados 153 ataques de facções criminosas no estado.

Mourão, que assumiu a vice-presidência no dia 1º de janeiro, ignorou a situação de crise em que se encontra a população cearense e tentou culpar o governador do estado, dizendo que ele seria responsável pelo “problema”.

“O problema é do governador, que sempre tratou mal a PM. E pelas informações que recebemos, 40% do efetivo da polícia está de férias agora. Como ele pode deixar isso?”, disse, segundo o site Antagonista.

Em nota, a corporação desmentiu Mourão e destacou que apenas “8,33% do efetivo da Corporação pode gozar de férias durante cada mês”. A PM lembra ainda que cumpre a norma prevista na Portaria 014/2018 – CAD/CCP/CGP, publicada em Boletim do Comando Geral, nº 163, de 30 de agosto de 2018.

Segundo a PM-CE, seria “irresponsabilidade do Comando da Corporação” liberar 40% do seu efetivo para férias simultaneamente. “A Polícia Militar do Ceará enfatiza ainda, que na manhã de hoje (4 de janeiro) 371 novos Policiais Militares foram empregados para reforçar a segurança pública do estado, inclusive, todos os dias, estão sendo empregados policiais militares no serviço extra (Indenização de Reforço Operacional/IRSO), além do efetivo administrativo que está sendo convocado para reforçar o policiamento em todo o estado”, disse a corporação por meio de nota.

ATAQUES

Desde a noite de quarta-feira (2), o Ceará é alvo de ataques articulados contra prédios públicos, ônibus e empresas privadas, além de uma série de ações criminosas, sobretudo na Região Metropolitana de Fortaleza. Foram registrados 153 ataques no estado, inclusive com a detonação de explosivos em pontes e torres de celular, incêndios de ônibus e veículos públicos, além de ataques a prédios como câmara de vereadores e fóruns de justiça.

A onda de crimes começou um dia depois do titular da recém-criada Secretaria da Administração Penitenciária, Luís Mauro Albuquerque, dizer que não reconhecia facções no Estado e que não separaria mais os presos de acordo com a ligação com essas organizações. Os grupos criminosos são os principais suspeitos de serem os autores dos ataques.

Para conter a onda de violência, o governador antecipou a nomeação de 593 agentes de segurança e determinou a nomeação imediata de 220 novos agentes penitenciários, antes previstas para março. Além disso, serão nomeados 373 policiais militares, já formados, para atuação nas ruas.

O Governo do Ceará ainda solicitou ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ajuda da Força Nacional de Segurança, Exército e Força de Intervenção Penitenciária

Integrada (FIPI) para trabalhar em conjunto com os profissionais cearenses.

Na última sexta-feira, Camilo Santana respondeu ao presidente Jair Bolsonaro, que havia dito que ajudaria o petista no caos na segurança pública, mesmo ele tendo uma “posição radical” à sua gestão. O governador destacou a necessidade de deixar de lado o embate eleitoral em prol da população.

“A eleição já passou. E os interesses da população do meu estado sempre estarão acima de qualquer interesse pessoal ou partidário. Como homens públicos, temos que ser maiores do que qualquer divergência. De minha parte a relação será sempre de respeito e cooperação”, disse o governador ao jornal “Diário do Nordeste”.

“Como sempre defendi, o combate ao crime organizado deve ser feito de forma cooperada entre estados e Governo Federal. É papel de todos proteger a população, deixando de lado vaidades e interesses pessoais ou partidários”, destacou em nota o governo cearense.

Na mensagem à população, o governador diz possuir “confiança nos mais de 29 mil profissionais cearenses que formam as forças de segurança do nosso estado, que têm se doado noite e dia para combater o crime, especialmente neste momento em que o Estado do Ceará toma medidas duras e necessárias de combate ao crime organizado, fora e dentro de unidades prisionais”.

Esse tem sido justamente o motivo desses atos criminosos: fazer com que o Estado recue dessas medidas fortes, o que não há nenhuma possibilidade de acontecer. Pelo contrário: endureceremos cada vez mais contra o crime.

APOIO

A portaria assinada pelo ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, cita “ataques a ônibus, a prédios públicos, inclusive federais, e tentativas de explosão de obras públicas”, diz que as informações apontam a ação de grupos criminosos e registra que há “dificuldades das forças estaduais de atenderem sozinhas às demandas decorrentes da ação do crime organizado”. Ele também disse que os fatos são graves e há a necessidade de manutenção da segurança pública e proteção da população e do patrimônio público.

Moro também determinou que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal intensifiquem as ações de prevenção e repressão ao crime organizado e que o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) preste todo o apoio necessário para as ações de segurança pública.

O Ministério da Justiça está representado no gabinete de crise criado pelo governo do Ceará. Uma medida tomada pelo Depen é a abertura de 20 vagas para presos líderes das organizações criminosas estaduais no Sistema Penitenciário Federal. Uma equipe de intervenção prisional do Depen também vai ser enviada ao Ceará.

O governo do Ceará informou que transferiu um dos chefes de uma facção criminosa para um presídio federal. Dezenove detentos também devem ser levados para outras unidades prisionais nos próximos dias.

Ônibus, Trens e Metrô em São Paulo passam a custar R\$ 4,30

O preço da passagem de ônibus municipal em São Paulo passou a custar R\$ 4,30 nesta segunda-feira (7). As tarifas do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) chegarão a este mesmo valor a partir do domingo (13).

O aumento na tarifa de São Paulo foi de 7,5%, quase o dobro da inflação, que deve fechar 2018 em 3,69%, segundo projeção do Banco Central (BC).

A Prefeitura argumentou que o aumento foi baseado na inflação acumulada dos últimos três anos, de acordo com o IPC-Fipe, de 13,06%. “Por dois anos, em 2016 e em 2017, a tarifa não sofreu qualquer reajuste, mantendo-se no valor de R\$ 3,80, impactando significativamente o orçamento da Prefeitura. Em 2018, houve um aumento abaixo da inflação, elevando o valor para R\$ 4,00. Agora, a Prefeitura realiza uma necessária adequação da receita para reduzir o desequilíbrio do sistema”, disse em nota.

A inflação é a medida do aumento geral dos preços. Assim, se o combustível e a manutenção da

frota ficam mais caros, este custo é repassado aos usuários do transporte, então o preço da passagem que seria justo, com a reposição da inflação seria de R\$ 4,15 e não R\$ 4,30.

Mas a verdade é que se considerarmos o modelo usado atualmente, que é o do Bilhete Único, desde sua criação em 2004, quando a tarifa de ônibus era de R\$ 1,70, corrigindo a inflação deste período, na verdade a passagem em São Paulo deveria custar hoje R\$ 3,82.

Grande SP - além da capital paulista também começou nesta segunda o aumento em outros seis municípios da Grande São Paulo. Santo André subiu de R\$ 4,40 para R\$ 4,75; Francisco Morato subiu de R\$ 4,20 para R\$ 4,45; Barueri subiu de R\$ 4,35 para R\$ 4,50; Carapicuíba subiu de R\$ 4,35 para R\$ 4,50; Franco da Rocha subiu de R\$ 4,35 para R\$ 4,60; e Diadema subiu de R\$ 4,40 para R\$ 4,65.



Perder a Embraer seria perder a soberania nacional, alertou o sindicato

Acusações de Ricardo Salles demonstram completo desconhecimento sobre o IBAMA, diz ex-presidente

Após Jair Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acusarem o Ibama de cometer “irregularidades” em contratos, a Presidente da autarquia, Suely Araújo, afirmou que ambos desconhecem a “magnitude do Ibama e suas funções” e pediu exoneração do cargo.

Ricardo Salles foi, há um mês, condenado por improbidade administrativa por ter fraudado mapas do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em favor de projetos imobiliários. Mesmo assim, junto de seu presidente, acusou o Ibama de irregularidades em contratos.

No domingo (6), Ricardo publicou em seu Twitter uma imagem de um contrato de R\$ 28,7 milhões para locação de carros pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Na legenda da imagem insinuou ser dinheiro demais: “quase 30 milhões de reais em aluguel de carros, só para o IBAMA...”. O presidente

eleito compartilhou a imagem e continuou: “Estamos em ritmo acelerado, desmontando rapidamente montanhas de irregularidades e situações anormais que estão sendo e serão COMPROVADAS e EXPOSTAS. A certeza é; havia todo um sistema formado para principalmente violentar financeiramente o brasileiro sem a menor preocupação!”. Poucos minutos depois, Bolsonaro apagou seu comentário.

Porém, Suely esclareceu a situação e disse que “a acusação sem fundamento evidencia completo desconhecimento da magnitude do Ibama e de suas funções”.

“O valor estimado inicialmente para esse contrato era bastante superior ao obtido no fim do processo licitatório, que observou com rigor todas as exigências legais e foi aprovado pelo TCU [Tribunal de Contas da União]. Os valores relativos aos veículos para fiscalização na Amazônia são custeados pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES. A presidência do Ibama refuta

com veemência qualquer insinuação de irregularidade na contratação. Espera, por fim, que o novo governo dedique toda a atenção necessária às importantes tarefas a cargo do Ibama, e não a criar obstáculos à atuação da Autarquia”, disse em nota.

Ainda segundo Suely, o contrato vale para as 27 unidades da Federação, além de incluir gastos com “combustível, manutenção e seguro, com substituição [dos veículos] a cada dois anos”.

Hoje, um dia depois desta discussão, Suely pediu exoneração da Presidência do Ibama. “Considerando que a indicação do futuro presidente do Ibama, Sr. Eduardo Bim, já foi amplamente divulgada na imprensa e internamente na Instituição ainda em 2018, antes mesmo do início do novo Governo, entendo pertinente o meu afastamento do cargo permitindo assim que a nova gestão assumida a condução dos processos internos desta Autarquia”, afirma no pedido de demissão.



‘Quem gosta de índio que vá para a Bolívia’, diz deputado do PSL

O deputado estadual do Rio Janeiro Rodrigo Amorim (PSL) – o mesmo que quebrou a placa com o nome da vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março do ano passado junto com seu motorista Anderson Gomes – mais uma vez manifestou o seu preconceito e racismo.

Em declaração nesta sexta-feira sobre a Aldeia Maracanã, prédio antigo onde fica localizada uma aldeia indígena urbana, no bairro do Maracanã, o deputado disse que é necessário uma “faxina” no local, afirmando que “quem gosta de índio que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio”, atacando também Evo Morales e nossos vizinhos bolivianos.

No final da tarde, o deputado tentou se explicar, mas acabou repetindo a asneira: “Da maneira que foi colocada (a declaração no jornal O Globo), dá impressão que eu tenho algo contra o povo indígena, mas é contra o comportamento da esquerda que entende que fazer críticas a aquele lixo que é a Aldeia Maracanã, é fazer críticas aos indígenas. Se eles estão preocupados na manutenção daquele lugar, que vão para a Bolívia”, disse.

A declaração do deputado ocorreu logo após o presidente Bolsonaro confirmar a política de devastação de terras indígenas ao subordinar as funções de identificação, delimitação, demarcação e registro de terras indígenas ao Ministério da Agricultura por meio da Medida Provisória (MP), 870/2019. Ou seja, essas funções, antes realizadas pelo órgão FUNAI, passam para a jurisdição da ministra conhecida como musa do veneno, Tereza Cristina (DEM-MS), subordinando esses interesses à bancada ruralista.

Já em abril de 2017, Bolsonaro declarava no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro: “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. [...] Eu fui num quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”, e que não terá “um centímetro demarcado”.

Para o deputado estadual Flávio Serafini (PSOL), “o objetivo de derubar a Aldeia Maracanã é o mesmo de quem quer acabar com as reservas indígenas. É fazer com que a gente reviva um processo de colonização e de extermínio do povo indígena. É lamentável que, nos dias de hoje, estejamos revivendo discursos que busquem exterminar a cultura indígena”, disse.

PGR reitera defesa da prisão de João de Deus

A procuradora-geral da República (PGR) Raquel Dodge reiterou, neste sábado (5), sua posição pela manutenção da prisão do suposto médium João de Deus, preso após denúncias de abuso sexual contra mulheres em Abadânia (GO). A manifestação ocorre em resposta à solicitação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli.

O ministro havia pedido um novo parecer da PGR após a defesa apontar fragilidade na saúde do acusado e a Justiça goiana apontar que ele não necessita de atendimento especializado.

No documento, Dodge diz que foram apresentadas informações detalhadas sobre a situação do processo e os atendimentos médicos aos quais o João Teixeira foi submetido nos últimos dias, quando apresentou sangramento na urina e foi levado ao hospital.

Segundo ela, as informações apresentadas pela Justiça foram confirmadas no relatório sobre o estado de saúde enviado pela Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP).

João de Deus passou por uma avaliação médica dentro do presídio, mas os especialistas disseram que o líder espiritual estava “cl clinicamente bem”. A defesa dele afirma que seu estado de saúde é “crítico” e pede para que a Justiça conceda prisão domiciliar. Na primeira manifestação, dada no último dia 26 de dezembro, a PGR se posicionou contra a soltura de João de Deus por entender que a concessão da liberdade pelo STF só seria válida se a ordem de prisão fosse ilegal.

A procuradora-geral defendeu ainda que fosse mantida a prisão preventiva de João de Deus porque a conduta dele teria apontado risco de fuga e intenção de dificultar a apuração dos fatos.



Governador Distrital assinou o decreto de emergência nesta segunda

Ibaneis decreta situação de emergência na Saúde do DF

O governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha assinou, na manhã desta segunda-feira (7), o decreto que declara estado de emergência na saúde do DF. O ato ocorreu no lançamento do programa ‘SOS Saúde’ no Instituto Hospital de Base. O evento contou com presença de grande parte dos representantes do novo governo do estado.

Ibaneis aumentou o tom da fala quando condenou a corrupção na saúde pública do DF. “Casos de corrupção são inúmeros e minam recursos que a sociedade não tem condições de repor. Temos que banir a corrupção da história da saúde do DF”, disse. No fim do ano passado, dois ex-secretários de Saúde do DF, da gestão Agnelo Queiroz (PT), foram presos na Operação “Coneção Brasília”.

A operação da PF apura um esquema de fraude na compra de próteses similar ao ocorrido no Rio de Janeiro, durante a gestão de Sérgio Cabral.

Com o novo decreto, o governo está autorizado

a adquirir medicamentos e insumos sem licitação, convocar concursados, contratar servidores e estender cargas horárias de trabalho. O decreto se justifica, segundo a equipe do governador, pelo nível de gravidade da situação, que pode aumentar o número de mortes no DF.

A nova equipe do governo concluiu que a saúde pública sofre com problemas com o abastecimento de insumos e medicamentos, problemas com pagamentos de fornecedores, déficit de pessoal e fechamentos de leitos em unidades de terapia intensiva (UTIs), inclusive as neonatais. “Corrigir a falta desses materiais tão importantes é fundamental para ter um trabalho de impacto inicial e para colocar o atendimento à disposição da sociedade”, explicou o secretário de Saúde do DF, Osnei Okumoto.

“Fizemos ainda reunião com todas as clínicas cirúrgicas e há necessidade muito grande de que as pessoas sejam reavaliadas dentro de urgência para reorganizar as filas”. Segundo o levantamento da nova gestão, a situação é muito mais séria

do que a equipe de transição apontou. Apenas com hospitais particulares, a dívida ultrapassa R\$ 350 milhões.

No parecer técnico que embasou a decisão de decretar a situação de emergência, há relatos como a existência de 3,4 mil notificações de dengue e mil casos confirmados, redução média de cobertura vacinal nos últimos cinco anos, média mensal de 2.832 servidores de saúde em gozo de licença médica e previsão de déficit orçamentário para 2019 de R\$ 2,6 bilhões, com mais de R\$ 400 milhões de restos a pagar a fornecedores. Segundo o relatório, houve oajuizamento de 2.640 processos em 2018 por falta de atendimento pela Secretaria de Saúde de demandas diversas.

O governador destacou que o decreto deve ter curta duração. “Todos os governos que passaram fizeram isso, mas não deram o passo seguinte. A ideia é que seja efetivamente emergencial. Um choque de gestão para voltar a saúde do DF para a normalidade”, disse Ibaneis.

Em dez anos, déficit de moradias cresceu 7%

O déficit de moradias cresceu 7% em dez anos, de 2007 a 2017, tendo atingido 7,78 milhões de unidades habitacionais em 2017, segundo um levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado na segunda-feira (7).

O estudo aponta que por conta da crise econômica - cujo resultado foi o desemprego em alta, a redução do crédito para financiamento de imóveis, e a queda na renda das famílias - o déficit habitacional do país, que já era grande, aumentou em mais de 220 mil imóveis entre 2015 e 2017, batendo um recorde, segundo o professor da FGV, Robson Gonçalves.

“Chegamos ao recorde da série histórica de déficit habitacional. Hoje, ele ocorre, sobretudo, pela inadequação da moradia - famílias que dividem a mesma casa, moram em cortiços, favelas - e pelo peso excessivo que o aluguel passou a ter no orçamento das famílias nos últimos anos”, afirmou Robson Gonçalves.

Gonçalves explica que a maior parte do déficit é formada por famílias que ganham até três salários mínimos por mês, mas a demanda por moradias também atinge consumidores de rendas intermediárias.

“As famílias querem ter a própria casa, mas as incertezas dos últimos anos tornaram essa vontade mais distante para a maior parte. O brasileiro que não perdeu o seu emprego ficou com medo de ficar desempregado e adiou a compra da casa; e muitos dos que ficaram sem trabalho tiveram de interromper um financiamento no meio”, afirmou o professor.

Em 12 meses até setembro do ano passado, o crédito imobiliário concedido era a metade dos recursos emprestados às pessoas físicas em 2014. O levantamento aponta ainda que para atender à demanda por moradia no país nos próximos dez anos, seria necessário construir 1,2 milhão de imóveis por ano.

ALUGUEL

Segundo outro dado divulgado pela FGV e pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, em novembro do ano passado, o componente que mais pesou no aumento do déficit habitacional foi o ônus excessivo do aluguel - quando uma família ganha até três salários mínimos e gasta mais do que 30% da renda com moradia.

A participação do componente ônus excessivo com aluguel no déficit habitacional passou de 24,2% para 42,3%, ou 1,76 milhão para 3,29 milhões de residências, entre 2007 a 2017.

DESPEJOS

Basta andar por alguns minutos no centro da capital paulista para ver famílias inteiras morando em barracões improvisados embaixo de viadutos, calçadas e praças, ou cortiços que se espalham pela região.

Estima-se que na capital paulista existam entre 20 mil a 25 mil moradores de rua e 3% deles são crianças. Muitas destas famílias paulistanas, como muitas outras famílias de outras capitais e rincões do país estão em situação de rua por terem sido despejadas de suas casas porque perderam seus empregos e consequentemente não conseguiram pagar a conta de seus aluguéis.

Em 2009, um projeto de lei do deputado José Carlos Araújo (PDT-BA), que alterou artigos da chamada Lei do Inquilinato (lei 8.245/1991), foi aprovado a toque de caixa em 3 comissões - duas da Câmara e uma do Senado - em caráter terminativo, isto é, sem passar pelos plenários das Casas legislativas e sancionada pelo então presidente Lula.

Segundo a relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), esse projeto serviria para “baixar o déficit habitacional brasileiro”, entretanto, o que se viu ao longo dos anos foi o aumento do déficit habitacional, para ser mais claro, o aumento do número de homens, mulheres, crianças e idosos morando embaixo dos viadutos.

A nova lei do inquilinato, na verdade, era a lei dos despejos sumários de famílias de trabalhadores - de pessoas que estão, ou poderiam entrar em estado de vulnerabilidade, como desemprego, doenças, entre outras.

Em nome da especulação imobiliária, a lei passou a agilizar os despejos: “Art. 63. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária...” situação completamente diversa da norma anterior que previa: “Art. 63. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz fixará prazo de trinta dias para a desocupação voluntária”, etc.

Ou seja, na lei anterior, o mandado era emitido somente se o inquilino não deixasse a casa após os 30 dias, e isso faz uma grande diferença para quem já esteve desempregado e com o aluguel em atraso. Com a nova redação da lei o mandado de despejo passou a ser antes dos 30 dias que o inquilino tem para deixar a casa. Saiba mais: Lei dos despejos sumários regride os aluguéis à era da República Velha

ANTÔNIO ROSA

Juízes e procuradores: acabar com Justiça do Trabalho é um atentado à Constituição



Juristas manifestam-se em defesa da Justiça do Trabalho

Madeireiros invadem reserva indígena no Pará

Madeireiros e posseiros invadiram terras indígenas para extração ilegal de madeira. A invasão começou no dia 30 de dezembro, e os índios da etnia Arara temem que a situação acabe em confronto com os invasores. A reserva tem uma extensão de 271 mil hectares e é cobrada pelos madeireiros.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a reserva teve sua delimitação e demarcação em 1991, por meio de decreto assinado pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Na reserva vivem 298 índios da etnia Araras.

“Segundo os indígenas locais, os invasores não são diretamente madeireiros, porém possuem vínculos com esses grupos. A situação desses indivíduos é, em primeiro lugar, ocupar a terra e, se funcionar, negociar a madeira posteriormente. Não temos como precisar o número de invasores, mas se trata de um número bastante expressivo, vez que estão invadindo uma ampla faixa de terra pelos fundos da terra indígena, limite oeste, pelo igarapé São Pedro e também na parte frontal da terra indígena, que limita com a BR-230. No entanto, não podemos confirmar oficialmente a versão”, informou a FUNAI em nota divulgada



Primeiro ocupam, depois negociam a madeira

pela Folha de São Paulo. A FUNAI afirmou que já acionou o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) “sobre o risco que uma invasão desta natureza pode trazer como desdobramento”. “A FUNAI informa que está monitorando a situação e que já comunicou os órgãos e entidades com poder de polícia para a atuação subsequente na questão”, disse a entidade.

A reserva é uma das áreas atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira. Segundo o Ministério Público Federal, já existem pelo menos duas ações na Justiça Federal solicitando criação de sistemas de vigilância para a região para coibir a extração ilegal de madeira.

Para o cacique Léo Xipaia, os invasores estão mais encorajados após a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas. “O presidente só vive nos ameaçando, dizendo que vai tomar nossas

terras. Isso nos deixa preocupados. Estamos preocupados porque ele mexeu na FUNAI, é o órgão que defende os índios. Como vamos defender a nossa área?”

No primeiro dia de governo, Bolsonaro assinou o decreto 870/2019 transferindo a responsabilidade pela identificação, delimitação, demarcação e registro de terras indígenas ao Ministério da Agricultura.

Para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), “o governo recém-empossado pretende gestar o país a partir de propósitos que visam desqualificar os direitos individuais e coletivos de comunidades e povos tradicionais, atacar lideranças que lutam por direitos, ameaçar e criminalizar defensores e defensoras do meio ambiente, indigenistas, entidades e organizações da sociedade civil, ou seja, todos aqueles que se colocarem contra o projeto de exploração indiscriminada das terras e dos recursos nelas existentes.”

MPT pede transferência de documentos do Ministério do Trabalho para o Arquivo Nacional

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pediu a transferência dos documentos do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), que está sendo esvaziada por Bolsonaro, para o Arquivo Nacional. Para o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, é garantir a preservação de informações relevantes sobre história trabalhista no Brasil, da memória e a história do MTE fundado em 1930 por Getúlio Vargas.

Fleury defende que “trata-se da preservação da memória nacional. E imperioso a qualquer nação que cuide da sua história”.

“É fundamental que se adotem medidas concretas para a preservação deste patrimônio cultural, cuja gestão e organização se tornarão mais difíceis tendo em vista a extinção do Ministério

do Trabalho como órgão unitário.”

O ofício com o pedido de transferência e recolhimento dos arquivos visa garantir o acesso a informação relacionada às atuações do Ministério do Trabalho como um direito previsto na Constituição Federal em seu Artº 5 XXXIII.

Diz o texto “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Para o MPT a transferência dos arquivos precisa de adoção urgente para que seja salvaguardada a história do Ministério e de seus documentos de elevado valor histórico, tendo em vista o fatiamento do órgão, trazendo sé-

“Não é real que a Justiça do Trabalho existe somente no Brasil”, diz nota da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas)

“A supressão da Justiça do Trabalho” seria “grave violação do sistema republicano”, diz em nota, emitida no domingo, 06/01, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), que reúne 40 mil juízes, procuradores e promotores brasileiros.

“A FRENTAS repele qualquer proposta do Poder Executivo tendente à extinção, à supressão e/ou à absorção da Justiça do Trabalho ou do Ministério Público do Trabalho, seja pela sua inconstitucionalidade, seja pela evidente contrariedade ao interesse público.”

A nota refere-se às declarações de Bolsonaro de que “estuda” um projeto para acabar com a Justiça do Trabalho (“está sendo estudado. E, havendo o clima, nós podemos discutir essa proposta e mandar pra frente. Nós queremos”).

Dizem os juízes, procuradores e promotores: “Não é real a recorrente afirmação de que a Justiça do Trabalho existe somente no Brasil. A Justiça do Trabalho existe, com autonomia estrutural e corpos judiciais próprios, em países como Alemanha, Reino Unido, Suécia, Austrália e França. Na absoluta maioria dos países há jurisdição trabalhista, ora com autonomia orgânica, ora com autonomia procedimental, ora com ambas”.

Guilherme Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que integra a Frentas, afirmou, na sexta-feira (4), que “nenhum aqodamento será bem-vindo”. Para Feliciano, a magistratura do Trabalho está “aberta ao diálogo democrático, o que sempre exclui, por definição, qualquer alternativa que não seja coletivamente construída”.

Ainda na sexta-feira, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que também faz parte da Frentas, divulgou nota em que defende o “fortalecimento” da Justiça do Trabalho.

“O fato de se ter uma Justiça própria para as questões trabalhistas revela especialização necessária e em conformidade com a história do Brasil, tanto quanto acontece com as Justiças Militar e Eleitoral, características do modelo brasileiro. Nessa linha, a AMB defende a manutenção e o fortalecimento da Justiça do Trabalho, que tanto tem feito pelo Brasil e coloca-se à disposição para o necessário diálogo que conduza ao aprimoramento das Instituições”, diz a nota.

Abaixo, a íntegra da nota da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS):

“A Frentas - Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, congregando mais de 40 mil juízes e membros do Ministério Público, com respeito às declarações feitas pelo presidente da República Jair Bolsonaro, em entrevista divulgada nesta quinta p.p. (3/1), vem a público manifestar-se nos seguintes termos.

“1. Não é real a recorrente afirmação de que a Justiça do Trabalho existe somente no Brasil. A Justiça do Trabalho existe, com

autonomia estrutural e corpos judiciais próprios, em países como Alemanha, Reino Unido, Suécia, Austrália e França. Na absoluta maioria dos países há jurisdição trabalhista, ora com autonomia orgânica, ora com autonomia procedimental, ora com ambas.

“2. A Justiça do Trabalho não deve ser “medida” pelo que arrecada ou distribui, mas pela pacificação social que tem promovido ao longo de mais de setenta anos. É notória, a propósito, a sua efetividade: ainda em 2017, o seu Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus), medido pelo Conselho Nacional de Justiça, foi de 90% (noventa por cento) no primeiro grau e de 89% (oitenta e nove por cento) no segundo grau.

“3. A Justiça do Trabalho tem previsão textual no art. 92 da Constituição da República, em seus incisos II-A e IV (mesmo artigo que acolhe, no inciso I, o Supremo Tribunal Federal, encabeçando o sistema judiciário brasileiro). Sua supressão - ou unificação - por iniciativa do Poder Executivo representará grave violação à cláusula da independência harmônica dos poderes da República (CF, art. 2o) e do sistema republicano de freios e contrapesos. O mesmo vale, a propósito, para o Ministério Público, à vista do que dispõe o art. 128 da Carta, em relação à iniciativa ou aval da Procuradoria-Geral da República. Em ambos os casos, ademais, esforços de extinção atentam contra o princípio do desenvolvimento progressivo da plena efetividade dos direitos sociais, insculpido no art. 26 do Pacto de San José de Costa Rica, de que o Brasil é signatário.

“4. Por tais razões, a FRENTAS repele qualquer proposta do Poder Executivo tendente à extinção, à supressão e/ou à absorção da Justiça do Trabalho ou do Ministério Público do Trabalho, seja pela sua inconstitucionalidade, seja pela evidente contrariedade ao interesse público”.

Guilherme Guimarães Feliciano
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

Fernando Marcelo Mendes

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe)

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

Jayme Martins de Oliveira Neto

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Angelo Fabiano Farias da Costa

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)

Antônio Pereira Duarte
Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)

Elísio Teixeira Lima Neto

Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT)

Fábio Francisco Esteves
Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF)

Ministério Público do Japão exige que ex-CEO da Nissan confesse culpa por crimes

O Ministério Público do Japão exigiu que, para ser solto, Carlos Ghosn, ex-executivo da Nissan, confesse sua culpa pelos vários crimes cometidos contra a corporação Nissan-Renault. O empresário - que há quase duas décadas ajudou a orquestrar a união entre a francesa Renault e a japonesa Nissan - é acusado de ocultar pagamentos milionários e jogar na contabilidade da empresa prejuízos de aplicações pessoais e ainda cometer irregularidades fiscais, fraudando sua declaração de renda e usando recursos corporativos em benefício próprio.

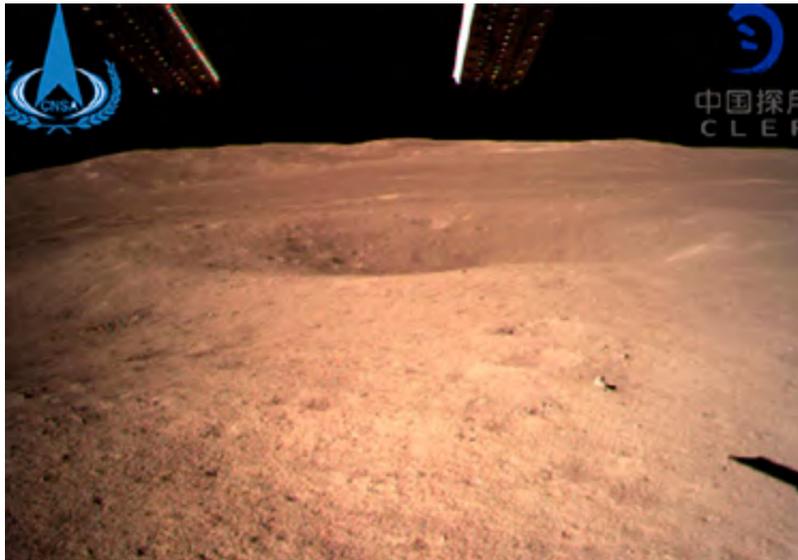
De acordo com seu filho, Anthony Ghosn, a confissão ainda teria de ser escrita em japonês, idioma que o pai, de origem brasileira, não domina. Anthony disse que Carlos tem duas opções: negar as acusações ou "confessar e ser libertado".

O filho reclamou da morosidade do sistema judicial japonês no qual a Promotoria do caso comunica paulatinamente os elementos acusatórios, o que faz com que a defesa ainda não possa "ter uma visão completa do dossiê". Segundo Anthony, isso faz com que a audiência da próxima terça-feira tenha uma importância chave, pois será a primeira vez que o pai comparecerá frente a um juiz desde que os advogados pediram para tomar conhecimento das acusações. Serão apenas dez minutos para que ele fale, revelou o filho, mas "todo mundo ficará bastante surpreso ao ouvir sua versão".

Desde que foi preso em 19 de novembro do ano passado, o ex-CEO já perdeu dez quilos, informou o filho, frisando que as condições da prisão "não são muito" boas.

O jornal japonês Nikkei informou que, entre outros graves delitos, Carlos Ghosn é acusado de ter usado unidades da Nissan na Holanda para dissimular pagamentos de US\$ 17,8 milhões para a compra de um imóvel de luxo num condomínio no Rio de Janeiro, onde passou sua infância, além de uma casa em Beirute, onde terminou o colegial.

Sonda chinesa realiza pouso inédito no lado oculto da Lua



Primeira imagem do lado oculto da Lua feita pela sonda Chang'e 4

Reuters



Manifestação em Budapeste contra a "reforma" conhecida como "lei da escravidão" Húngaros repudiam "reforma" que dá a patrões 3 anos para pagar horas extras

Milhares de pessoas foram às ruas de Budapeste, capital da Hungria, no sábado (5), contra a 'flexibilização' da legislação trabalhista aprovada no início do mês passado, que permite aos empresários aumentar em 60% as horas extras dos trabalhadores. A batizada pelo povo como "Lei da Escravidão" levará os húngaros a ter que trabalhar até 400 horas extras anuais. Além disso, os empregadores poderão pagar as horas extras em até 3 anos depois de trabalhadas.

Para sua aprovação, a

lei não contou com apoio total do jurista União Cívica Húngara (Fidesz), com dois terços da bancada favorável à escorcha bancada pelo primeiro-ministro, Viktor Orbán.

Com o objetivo de barrar a capacidade de reação dos trabalhadores, a lei impõe ainda o corte do poder de negociação dos sindicatos, liberando os patrões a fugirem das negociações coletivas em troca de acordos localizados.

A oposição contesta também a anulação de uma recente reforma de Justiça, que busca reduzir a independência dos magis-

trados. Pedem ainda mais liberdade para os veículos de comunicação públicos.

O protesto de sábado foi o quinto dos atos chamados por partidos de oposição, grupos de estudantes e sindicatos que se levantam contra o ataque a direitos dos trabalhadores do governo de Orbán.

"Queremos uma verdadeira mudança de regime, não estamos só contra o governo, mas contra o conjunto desse sistema", afirmou o representante do partido liberal DK (oposição), Csaba Molnár.

Evo repele racismo: "somos filhos da mesma Mãe Terra e todos temos os mesmos direitos"

A declaração do presidente da Bolívia refere-se a insulto racista do deputado estadual do Rio de Janeiro Rodrigo Amorim (PSL), que disse: "quem gosta de índio, que vá para a Bolívia"

"Lamentamos o ressurgimento de ideologia de supremacia racista, como réplica da xenofobia do governo dos Estados Unidos. Perante a intolerância e a discriminação, nós, povos indígenas promovemos o respeito e a integração. Temos os mesmos direitos porque somos filhos da mesma Mãe Terra", afirmou o presidente da Bolívia, Evo Morales, de origem aimará, a propósito da ofensiva declaração do deputado estadual do Rio de Janeiro Rodrigo Amorim, do PSL, que disse "que quem gosta de índio, que vá para a Bolívia".

Em declaração na sexta-feira (4) sobre a Aldeia Maracanã, um terreno onde até 1977 funcionou o Museu do Índio e que abriga famílias indígenas,



Evo Morales é o primeiro presidente índio da Bolívia

o deputado disse que é necessária uma "faxina" no local, afirmando que "quem gosta de índio que vá para a Bolívia, que, além de ser comunista, ainda é presidida por um índio".

Segundo as esdrúxulas declarações do deputado, o espaço poderia servir como estacionamento, shopping, área de lazer ou equipa-

mento acessório ao estádio do Maracanã, que fica ao lado da Aldeia.

A ministra boliviana das Comunicações, Gisela López, escreveu no Twitter que o deputado brasileiro "despreza com ignorância supina nossos antepassados, com palavras que demonstram cegueira e pobreza espiritual".

Com a missão, a China se coloca em destaque na corrida espacial. Objetivo é estudar a composição dessa parte do satélite, que não pode ser vista da Terra

A sonda espacial chinesa Chang'e 4 pousou nesta quinta-feira (3) no lado oculto da Lua, a parte que não é visível da Terra. O lado escuro não é visível pois a Lua está em rotação sincronizada com a Terra. Segundo a Administração Nacional Espacial da China, é a primeira vez na história que este pouso é realizado. As informações são das agências de notícias EFE, Associated Press, e da Rede Global de Televisão da China (CGTN, em inglês).

A alunagem [aterrissagem na superfície lunar], realizada às 0h26 (horário de Brasília), "abriu um novo capítulo na exploração humana da Lua", afirmou a agência espacial chinesa. O local exato do pouso foi a cratera Von Karman, no polo sul lunar, que tem 186 quilômetros de diâmetro e 13 quilômetros de profundidade.

Por estar no lado oculto da Lua, a sonda não poderá se comunicar diretamente com a Terra. Para solucionar esse problema, o satélite chinês Queqiao será responsável pela transmissão dos sinais entre a Terra e o Chang'e-4.

A primeira imagem a ser registrada da região lunar foi capturada em 7 de outubro de 1959 pela estação soviética Luna-3, mas até hoje nenhuma espaçonave da Terra havia chegado até lá. Em 1962, os Estados Unidos tentaram enviar uma missão não tripulada ao lado oculto da Lua, mas não deu certo, segundo a EFE.

Com a missão, a China se coloca em destaque na corrida espacial. Objetivo é estudar a composição dessa parte do satélite, que não pode ser vista da Terra.

A nave, que tem um módulo e um 'rover' - veículo de exploração espacial - deve estudar a composição mineral, o terreno, relevo e a manta da superfície lunar - a camada abaixo

da superfície. Também deve realizar observações astronômicas por meio de baixas frequências de rádio, a chamada radioastronomia.

"O lado oculto da Lua é um raro lugar calmo, que está livre da interferência de sinais de rádio vindos da Terra", afirmou o porta-voz da missão, Yu Gobin, segundo a agência de notícias estatal Xinhua News. "Essa sonda pode preencher o vazio de observação de baixa frequência na radioastronomia, e irá fornecer informações importantes para estudar a origem das estrelas e da evolução da nébula [solar]".

A Chang'e 4 foi lançada no dia 8 de dezembro do ano passado pelo foguete Long March 3B, do Centro de Lançamento de Satélites de Xichang, na província de Sichuan. Quatro dias mais tarde, a sonda entrou na órbita lunar. As comunicações entre a sonda e a Terra são possíveis graças a um satélite, Queqiao, posto em órbita em maio de 2017.

O objetivo do programa Chang'e, que começou com o lançamento de uma primeira sonda orbital em 2007, é uma missão tripulada à Lua a longo prazo, ainda sem data definida. A primeira missão espacial tripulada da China foi em 2003 - o terceiro país a realizar uma depois de Rússia e Estados Unidos. O país também colocou duas estações espaciais em órbita e planeja lançar um 'rover' em Marte no meio da década de 2020.

Em 2013, a Chang'e 3, a nave predecessora da missão atual, fez o primeiro pouso na Lua desde a Luna 24, lançada pela União Soviética em 1976.

"O sonho do espaço é parte do sonho de tornar a China mais forte", afirmou o presidente Xi Jinping em 2013, pouco depois de assumir a Presidência.

Apple pirateia patentes e sofre nova derrota, agora na Justiça alemã

A Corte de Munique condenou a Apple com a suspensão da venda de iPhones na Alemanha após acatar denúncia contra a empresa por violação de patentes. Essa é a segunda derrota da Apple por pirataria no período de menos de um mês. Em meados de dezembro, a Justiça chinesa suspendeu já quase todos os modelos de iPhones no país.

Na Alemanha, a Apple anunciou nesta sexta-feira (4) a interrupção das vendas do iPhone 7 e do iPhone 8 das suas lojas físicas e on-line em todo o país após a decisão da Corte de Munique, que fora publicada originalmente em 20 de dezembro, mas a Qualcomm - a empresa demandante - precisava depositar 1,34 bilhão de euros como forma de garantia para que a decisão entrasse em vigor, o que só aconteceu nesta semana, conforme a fabricante de chips anunciou em seu site.

O Tribunal Popular Intermediário de Fuzhou, na China, proibira a importação e venda de diferentes modelos de iPhones no maior mercado de celulares do mundo, no dia 14 do mês passado. A decisão da Justiça chinesa baseou-se no mesmo processo movido pela

Qualcomm - empresa fabricante de chips móveis e modems - e proibiu os seguintes modelos: iPhone 6S, iPhone 6S Plus, iPhone 7, iPhone 7 Plus, iPhone 8, iPhone 8 Plus e iPhone X.

Ainda não se sabe se a decisão da Corte de Munique também afetará as vendas dos iPhones 7 e 8 em lojas terceirizadas e operadoras no país europeu. Enquanto a Qualcomm aponta que o tribunal determinou a retirada dos aparelhos de revendas, a Apple afirmou em dezembro que os celulares continuariam disponíveis em revendas de terceiros e operadoras.

A sentença da Justiça chinesa deixou de fora da proibição de importação e venda os modelos iPhone XS, iPhone XS Max e o iPhone XR, uma vez que estes não estavam disponíveis quando a Qualcomm entrou com a ação em 2017.

"A Apple continua a se beneficiar de nossa propriedade intelectual enquanto se recusa a nos compensar", disse em dezembro último o conselheiro geral da Qualcomm, Don Rosenberg, em comunicado em que denuncia a empresa de Cupertino por piratear patentes.

Após 70 anos, justiça dos EUA reconhece que múltiplos inocularam sífilis e cancro em guatemaltecos

Mais de 70 anos depois, a Justiça Federal dos Estados Unidos apontou que o grupo farmacêutico Bristol-Myers Squibb, a Universidade Johns Hopkins e a Fundação Rockefeller terão de responder por uma gama de "experimentos médicos" realizados na Guatemala durante a década de 1940, em que doentes mentais, prostitutas, presidiários e soldados foram inoculados com três tipos de bactérias que causam sífilis, gonorréia e cancro.

Na última quinta-feira, o juiz Theodore Chuang, do distrito de um tribunal de Maryland, desconsiderou a alegação de que uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos protegia suas transações de serem julgadas por atropelamentos aos direitos humanos e crimes de lesa-humanidade cometidos fora do país.

O caso foi apresentado nos tribunais por 774 guatemaltecos que iniciaram uma ação civil afirmando que as três corporações estadunidenses "conduziram experiências médicas neles ou em membros de sua família sem o conhecimento ou consentimento das vítimas e que, portanto, cometeram crimes contra a humanidade, em violação a normas consuetudinárias bem estabelecidas no direito internacional". "Há normas internacionais que proíbem experimentos médicos não consentidos em seres humanos", frisou a corte.

Conforme o estudo apresentado pelo Escritório Jurídico Internacional Rodríguez Fajardo e Associados, 666 familiares das vítimas - cônjuges, filhos e netos - sofrem com graves problemas na pele, transtornos mentais, cegueira e surdez severa, em alguns dos casos.

Na avaliação do

juiz, permitir que um processo desta gravidade siga adiante "promoverá a harmonia", pois finalmente se dará a estrangeiros afetados por ações de corporações transnacionais a possibilidade de recorrer aos tribunais estadunidenses em busca de justiça.

A série de "experiências" realizada na Guatemala nunca havia sido revelada até que, em 2010, foi publicada pela doutora Susan Reverby, após ter descoberto uma farta documentação sobre o crime nos arquivos de John Cutler, falecido em 2003.

Cutler e sua equipe de "pesquisadores" recrutaram um exército de miseráveis para servir de cobaias a fim de saber se a penicilina poderia ser utilizada para evitar doenças de transmissão sexual. Inicialmente, infectaram prostitutas guatemaltecas e as estimularam a fazer sexo sem proteção com soldados ou presidiários, que obviamente não foram informados da "experiência", nem advertidos de suas consequências potencialmente fatais. Posteriormente, a inoculação foi feita diretamente. Os resultados impactaram tragicamente a milhares de pessoas.

Mesmo diante do flagrante, em 2010 o ex-presidente Barack Obama limitou-se a pedir desculpas pelo crime, enquanto sua secretária de Estado, Hillary Clinton, apontou o caso como uma "falta de ética".

O mesmo Cutler esteve envolvido no Experimento Tuskegee, no qual 399 negros de Macon County, no Alabama, profundamente enfermos, mergulhados na fase final da sífilis, entre 1932 e 1972, se limitaram a ser "observados" pelas autoridades e deixados agonizando, sem receberem tratamento médico.

LEONARDO SEVERO

Franceses voltam às ruas contra arrocho e arrogância de Macron



Protesto em Paris virou rebelião depois que a polícia começou a repressão

Com eleição contestada e economia em colapso Maduro se 'reempossa' na Corte Suprema no dia 10

Seis meses após seu plano de maquiagem do colapso econômico – o Bolívar Soberano, de cinco zeros cortados, e sustentado no Petro, a miragem tipo bitcoin parada no palácio Miraflores - e oito meses depois de eleições presidenciais realizadas de supetão e amplamente contestadas, Nicolás Maduro irá se empossar na próxima quinta-feira (10) para mandato de cinco anos na presidência, perante a Suprema Corte Venezuelana, e sob protestos da opositorista Assembleia Nacional, cujas prerrogativas estão suspensas, e com o presidente do parlamento chamando-o de “usurpador” e clamando por sua deposição.

Após o então presidente Hugo Chávez ter vencido 23 eleições – e respeitado o único resultado que lhe foi desfavorável -, Maduro considera que pode passar ao largo das instituições criadas pela própria constituição sacramentada por Chávez, já que a oposição é pérfida e alinhada a Washington.

Assim, quando a oposição reunida no agora falido MUD ganhou dois terços do parlamento, a saída foi ir estrangulando o órgão, afinal invalidado pelo expediente da ‘convocação’ da Assembleia Nacional Constituinte. O parlamento foi declarado pela Suprema Corte como em “não acatamento” por ter se recusado a destituir três deputados acusados de fraude eleitoral.

O novo presidente do parlamento é Juan Guaido, do partido dos guarimberos de Leopoldo López, este em prisão domiciliar depois de negociações encabeçadas pelo ex-primeiro-ministro espanhol José Luis Zapatero, que fora condenado por dezenas de mortes de civis nos distúrbios de 2013 (“A Saída”). Desde então, a Venezuela vive de casuísmo em casuísmo, com as eleições só ocorrendo no momento considerado oportuno por Maduro, e só podendo concorrer quem ele deixa.

Nas eleições presidenciais de maio do ano passado, que haviam sido adiadas de dezembro de 2016, além de Maduro, concorreu o opositorista Henri Falcón, com 46% de comparecimento às urnas. Outros candidatos mais ligados ao MUD acabaram impugnados. Nas eleições de governadores de 2017, 17 maduristas e 6 opositoristas foram eleitos. Nas eleições municipais de dezembro passado, com 27% de comparecimento, 95% dos eleitos são maduristas.

PERTO DEMAIS DA EXXON

Com todo o petróleo – e tão perto – que a Venezuela tem, não é surpresa que esteja na mira dos EUA e do cartel das Sete Irmãs, mas não é culpa de Washington que Maduro, com toda a corrupção e incompetência que o cercam, facilite sobremodo seu trabalho de sabotagem.

O governo Trump reitera sua disposição de fazer a Venezuela voltar ao redil, com a ajuda de governos reacionários como o de Ivan Duque (Colômbia), Sebastián Piñera (Chile), Mauricio Macri (Argentina) e Jair

Bolsonaro (Brasil). Decretou a proibição de que bancos americanos rolem a dívida da estatal de petróleo PDVSA, ou títulos soberanos venezuelanos, proibiu a subsidiária CITGO (rede de refinarias de propriedade venezuelana que opera nos EUA) de enviar dividendos a Caracas e impôs sanções unilaterais.

As eleições presidenciais na Venezuela não foram reconhecidas pelo governo Trump, nem pela União Europeia e, na semana passada, o chamado Grupo de Lima, com exceção do governo Lopez Obrador (México), exigiu que Maduro entregue o poder ao parlamento, cujo programa é privatizar (o petróleo), dolarizar e arrochar.

O ex-diretor da CIA e atual secretário de Estado, Mike Pompeo, não esconde quais são os planos dos EUA para Caracas, na expectativa de obterem o que fracassaram em 2002, agora com a ajuda do ‘ministro das Colônias’, Luis Almagro, secretário-geral da OEA, expulso da Frente Ampla do Uruguai, por propalar a intervenção armada contra a Venezuela.

Um dos principais problemas da Venezuela é que a derrubada na cotação do petróleo, que chegou a cair a menos da metade, pegou no contrapé a PDVSA, que estava realizando enormes investimentos no petróleo pesado do Orinoco. As sanções contra a PDVSA também se refletiram na queda da produção nas áreas de óleo leve, por falta de manutenção, e também por causa de empresas norte-americanas acossarem a estatal na justiça dos EUA, o que a forçou a acordos leoninos. Rússia, China, Turquia, Cuba e Irã estão entre os países que têm prestado apoio à Venezuela no atual impasse.

BÔNUS ‘PARA ISTAMBUL’

O portal venezuelanalysis.com, que há anos vem apoiando a revolução de Chávez, registrou recentemente como o plano econômico de Maduro ruiu em menos de 90 dias, o que se constata em relatos do colunista político Luis Enrique Gavazut, do Página 15, e da jornalista Jéssica dos Santos. Jéssica relata a alegria com o anúncio do pacote: “Pela primeira vez em muito tempo eu senti que alguém tinha me devolvido um pouco de normalidade, um pouco da vida cotidiana que eu estava faltando muito...” “nas horas subsequentes, os anúncios vieram em uma enxurrada: a busca pelo equilíbrio fiscal, novos controles de câmbio, salário mínimo a 1800 Bs, preços fixos, censo do transporte, as milhares de possibilidades do Petro”. [Na realidade o novo salário mínimo era (em dólares) de menos de um terço do salário mensal oficial do Haiti, o país mais pobre das Américas].

Mas logo se seguiu o desencanto e a revolta. “O novo poder de compra du-

rou apenas 15 dias e em dois meses os salários se desvalorizaram 60 vezes... hoje ninguém se lembra dos preços fixos”. “Meu primeiro bônus de Natal desapareceu em um par de produtos de higiene pessoal, os mesmos que eu tinha ficado por meses sem poder comprar porque meu salário é totalmente gasto em comida”, revelou. “Enquanto isso, as autoridades, cada vez mais desconectadas da realidade, me convidam para economizar em ouro e petros... para viajar a Istambul, comprar uma TV gigante ou uma geladeira grande no consórcio chinês Alibaba”, espanta-se Jéssica.

DESMANCHE

Conforme Gavazut, no momento a economia venezuelana está operando com “22% da sua capacidade instalada e as importações caíram 80% nos últimos anos, o que explica “a escassez” atual. Ele também assinalou como aspectos essenciais do pacote do governo Maduro - a intenção de zerar o déficit fiscal, induzir o investimento privado e aumentar o IVA de 10% para 16% - se assemelham a um choque sobre os mais destituídos.

Gavazut também descartou algumas das acusações neoliberais mais comuns contra o país, como o “excesso de estatismo” e a “insegurança jurídica”. “A política de nacionalizações terminou com o presidente Chávez. Por seis anos consecutivos, não houve uma única expropriação, e o governo Maduro não tem intenção de fazê-lo novamente”, afirmou.

Ele acrescentou que, há um ano, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a Lei de Investimentos Estrangeiros, “uma das leis mais servis do mundo”. Como salientou, a débacle, além da corrupção generalizada com os dólares da PDVSA, começou quando os monopólios estrangeiros e nacionais que operavam no país decidiram em 2013 “desacelerar a produção e desinvestir”, medidas que provocaram a chamada “escassez induzida”.

PORCO POR CAPIVARA

O venezuelanalysis também reproduz o conhecido último discurso de Chávez, o da “mudança no timão”, em que ele indaga a quantas anda a implantação da indústria no país e reitera a necessidade de avançar na produção e na democracia, para chegar ao socialismo. Ele lembra então, uma velha história, do costume de deixar tudo como está, e só mudar de rótulo. Citou um padre espanhol que, ao chegar a uma aldeia, batizava índios de nome pagão com um nome de cristão, e também lhes ensinava que não deviam comer carne de porco na semana santa. Ao voltar, o pároco, quando os viu comendo porco, quis saber como explicavam aquilo. Recebeu dos indígenas a resposta de que, também eles, como o piedoso homem, haviam batizado o porco, trocando seu nome para ‘capivara’, e continuaram comendo porco. A.P.



Francisco recebe diplomatas na Santa Sé

Papa alerta sobre ressurgimento do chauvinismo que já levou o mundo a duas Grandes Guerras

O Papa alertou nesta segunda-feira (7) sobre o ressurgimento de movimentos “nacionalistas”, referindo-se assim às tendências chauvinistas que resultaram em regimes fascistas e chegaram ao nazismo entre as duas guerras mundiais. Francisco também criticou países que tentam solucionar crises migratórias com ações unilaterais durante a recepção aos membros do corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé para as felicitações de ano novo.

“A Santa Sé não pretende imiscuir-se na vida dos Estados, mas aspira a ser uma ouvinte solícita e sensível das problemáticas que dizem respeito à humanidade, com o propósito sincero e humilde de se colocar ao serviço do bem de todo o ser humano”, acrescentou o pontífice.

Em seu pronunciamento anual para diplomatas, o Papa afirmou que “políticas de portas fechadas estão voltando 100 anos no tempo, para o perigoso período entre as guerras mundiais” e que os relacionamentos da comunidade internacional “estão passando por um período de dificuldade, com o ressurgimento de tendências nacionalistas”, ou seja, chauvinistas, dificultando o diálogo entre países e prejudicando os membros mais vulneráveis da sociedade, incluindo os imigrantes”.

“O reaparecimento desses impulsos hoje está progressivamente enfraquecendo o sistema multilateral”, disse Francisco a enviados de 183 nações durante o discurso, que se referiu a uma situação de diversos países.

Em um discurso de uma hora, Francisco mencionou diversas vezes a Liga das Nações, que foi criada após a Primeira Guerra Mundial para promover a paz, mas não foi capaz de impedir o fascismo e o nazismo que desencadearam a Segunda Guerra Mundial.

Francisco voltou a elogiar o Pacto Global sobre Migração da ONU, que estabelece objetivos para administrar a movimentação de imigrantes. Os Estados Unidos, Itália, Hungria e Polônia estão entre os países que boicotaram a reunião realizada em Marrocos no ano passado para firmar o acordo, enquanto o governo Bolsonaro anunciou que vai retirar o Brasil do acordo.

O Papa condenou a violência contra a mulher: “É urgente descobrir formas de relações justas e equilibradas, sem desnaturar, porém, o próprio ser homem ou mulher. A discriminação das mulheres no trabalho também deve ser combatida”. O Pontífice falou ainda das condições de trabalho que levam a uma forma moderna de escravidão, e que manipula milhares de crianças.

Francisco falou também dos abusos contra os menores, e afirmou que constituem um dos mais vis e nefastos crimes possíveis cometidos também por vários membros do clero.

Chamando o abuso sexual de crianças de “uma das pragas de nosso tempo”, Francisco disse que uma reunião de importantes bispos no Vaticano em fevereiro terá como objetivo “lançar total luz aos fatos e aliviar as feridas causadas por esses crimes”.

As migrações de milhares de pessoas e a atitude que, particularmente, a Europa e a América do Norte tem tido de fechar as fronteiras fez parte do discurso do Papa: “Mais uma vez desejo chamar a atenção dos governos para todos aqueles que tiveram de emigrar por causa do flagelo da pobreza, de todo o gênero de violência e perseguição, bem como das catástrofes naturais e das perturbações climáticas, pedindo que se facilitem as medidas que permitam a sua integração social nos países de acolhimento”.

Já no domingo (6), diante de milhares de fiéis na praça São Pedro, reunidos para participar da tradicional oração dominical, o Papa tinha feito um apelo. “Há vários dias 49 pessoas salvas no Mediterrâneo estão a bordo de dois navios das ONGs alemãs à espera de um porto para poderem desembarcar. Faço um apelo aos dirigentes europeus, para que façam prova de uma solidariedade concreta em relação a essas pessoas”, declarou.

Os imigrantes, entre eles três crianças e dois adolescentes, estão bloqueados nos navios das ONGs alemãs Sea-Watch e Sea-Eye há cerca de duas semanas, perto da costa de Malta. Alguns já estão no barco há três semanas, sem perspectiva de que a situação seja solucionada. As condições sanitárias estão cada vez mais precárias e a meteorologia pouco favorável também dificulta as condições de vida no barco.

A Itália e Malta declararam que não têm a intenção de autorizar o desembarque dos imigrantes, que são originários, na maior parte da Líbia, Costa do Marfim e Nigéria, e foram socorridos no Mediterrâneo, no dia 22 de dezembro, perto da costa Líbia.

Insistindo na postura da Europa e da América do Norte de fechar as fronteiras, no dia 7, Francisco frisou: “Todo ser humano anseia por uma vida melhor e mais feliz e não se pode resolver o desafio da migração com a lógica da violência e do descarte nem com soluções parciais”.

O papa condenou novamente o comércio e posse de armas nucleares, lamentando que esforços passados para chegar ao desarmamento nuclear tenham sido substituídos pela “busca por novas e cada vez mais sofisticadas e destrutivas armas”.

A oitava jornada dos “capacetes amarelos”, a primeira manifestação deste ano, se estendeu de Paris a Marselha, Montpellier, Nantes, Rouen, Caen, Le Mans, Avignon etc.

Dezenas de milhares de franceses participaram neste sábado (5) de uma nova jornada de protestos – a oitava – contra a política econômica e insensibilidade social de Emmanuel Macron e em repúdio à prisão de Eric Drouet, um dos líderes das mobilizações encabeçadas pelos ‘coletes amarelos’. A primeira manifestação deste ano aconteceu em várias cidades do país, como Paris, Marselha, Montpellier, Nantes, Rouen, Caen, Le Mans e Avignon.

“Viremos aqui todos os sábados, continuaremos em 2019 inteiro”, prometeu Sophie, uma das manifestantes, discursando com um megafone na Avenida Champs-Élysées, na capital, onde as manifestações começaram pacificamente.

Logo após as 14.00 (hora local), as pessoas se agruparam entre o Ajuntamento e a Assembleia Nacional, sendo reprimidas por efetivos policiais que atacaram a coluna humana com gás lacrimogêneo, com um saldo de várias barricadas armadas nas ruas de Paris. Alguns cantavam o hino nacional “La Marseillaise”, outros portavam faixas exigindo “Macron, renuncie!” e “Acabe com os privilégios da elite”.

Em Nantes (oeste), a manifestação, que reuniu milhares de pessoas, também resultou em confrontos, inclusive uso de granadas pela polícia. Pelo menos uma pessoa ficou ferida.

Em Rouen (noroeste), a polícia disparou também bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, atingindo um manifestante na parte posterior da cabeça.

Em Montpellier (sudeste), quatro membros da polícia ficaram levemente feridos devido ao lançamento de pedras e garrafas pelos “coletes amarelos”, segundo autoridades regionais.

BORDEAUX

Com uma faixa que dizia “Unidos, a mudança é possível”, cerca de 5.000 “coletes amarelos” desfilaram em Bordeaux em calma, sem confrontos com as forças de segurança.

Em Toulouse, os manifestantes foram muitos mais que no sábado passado, segundo os organizadores.

Milhares de “coletes amarelos” também bloquearam em ambas as direções a estrada A7 que atravessa a cidade de Lyon (centro-leste), gerando engarrafamentos na volta das festas de fim de ano.

Desde o início do movimento cerca de 1.500 manifestantes ficaram feridos, entre os quais 53 gravemente. Outros 1.100 saíram feridos entre as forças de segurança. Além disso, dez pessoas morre-

ram, principalmente em acidentes nos bloqueios de estradas.

O movimento teve início em 17 de novembro passado após o presidente Macron ter anunciado um “imposto ecológico” sobre o diesel, que todos usam, e que tivera aumento de 23% em 12 meses. As exigências de corte nos impostos logo se estenderam à denúncia do congelamento nos salários e da redução nas aposentadorias. As centrais sindicais se somaram. A renúncia do presidente passou a ser exigência constante nas ruas da França.

Na quinta-feira (3), o coletivo dos “coletes amarelos” divulgou uma carta intitulada “França em cêlera” que mostra que, apesar da repressão, as vozes críticas estão longe de se calarem: “A raiva vai se transformar em ódio se você continuar no seu pedestal, você e aqueles que como você consideram o povo como mendigos, desdentados”, afirmou na carta, frisando que as “consultas nacionais” anunciadas pelo presidente no fim do mês de novembro são “uma armadilha política”, que têm como objetivo esquivar as discussões sobre o direito de realizar “referendos de iniciativa cidadã”.

No documento, os ‘coletes amarelos’ expuseram as seguintes exigências: “Restaurar a soberania do povo da França mediante a implementação do Referendo de Iniciativa Cidadã (RIC) em todos os assuntos, mas também na implementação de uma redução significativa de todos os impostos sobre bens essenciais e uma redução significativa em todas as pensões, salários, e privilégios dos funcionários estatais eleitos e superiores”.

Desde o início dos protestos os manifestantes adotaram como símbolo a veste fosforescente obrigatória nos veículos, imposta pela Comunidade Europeia em 2008. A revolta rapidamente evoluiu para a denúncia do arrocho e para exigir a renúncia de Macron e criação do mecanismo de iniciativa cidadã de convocação de referendos.

Tentando desmobilizar os protestos, Macron fez aprovar no parlamento, que ele controla, medidas paliativas contra o arrocho – tipo o aumento de 100 euros no salário mínimo -, depois de ter revogado a contragosto o aumento do ‘imposto ecológico’ sobre o diesel. Estudantes, aposentados e centrais sindicais engrossaram os protestos, numa convergência de lutas populares que ameaça o próximo passo de Macron – piorar a já infame reforma da Previdência de Sarkozy de 2012.

SUSANA LISCHINSKY



Domingo(6): manifestação de mulheres na capital

Astrojildo Pereira: Rui Barbosa e a emancipação dos escravos (1)

O tomo da obra de Rui Barbosa que coube a Astrojildo Pereira prefaciar era, provavelmente, o mais adequado ao seu talento: tinha como conteúdo o parecer de Rui, quando deputado do Império, em 1884, quanto à Lei dos Sexagenários

Em 1944 – portanto, no final do primeiro governo Getúlio – o diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, convidou Astrojildo Pereira para organizar e prefaciar o primeiro tomo do 11º volume das **Obras Completas** de Rui Barbosa.

Astrojildo, então, escreveu um de seus melhores ensaios, infelizmente pouco conhecido, mas indispensável ao conhecimento do Brasil. Por esta razão, decidimos publicá-lo. O texto foi retirado inteiramente da edição das Obras Completas, publicadas pela Casa de Rui Barbosa.

As **Obras** foram (e são) um imenso empreendimento, decidido em 1941 pelo presidente Vargas (v. Decreto-lei nº 3668/1941), que chegaria à publicação de 137 tomos, com a copiosa contribuição de Rui em vários campos e atividades.

Pode parecer estranho, nos dias de hoje, que Astrojildo – um dos fundadores, em 1922, do Partido Comunista, seu primeiro secretário geral, e, inclusive, eleito em 1928 para o Comitê Executivo da Internacional Comunista – tenha sido convidado (e ainda durante o Estado Novo) para essa missão.

Porém, a época de Getúlio não era esse festival de burrice que hoje está no governo de nosso país.

Pelo contrário, foi um período que, em todos os campos, inclusive na luta política, houve vida inteligente – e se desenvolvendo.

Astrojildo era um homem respeitado até mesmo por intelectuais conservadores – seus ensaios sobre a obra de Machado de Assis (especialmente, “*Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado*”) marcaram uma época e um terreno dentro de nossa crítica literária.

Lembro-me bem do respeito que meu pai tinha por ele. Os dois conviveram durante algum tempo, no jornal “Imprensa Popular”.

Era também uma diferença com meu avô materno, que fora integrante da ala “obreirista” do Partido – e, como em geral acontecia com os remanescentes dessa ala, Astrojildo não era levado em justa conta.

No que estavam, evidentemente, errados.

Astrojildo foi, além disso, desde jovem, uma personalidade importante na vida literária carioca – quase desde que veio de sua cidade, Rio Bonito.

Na década de 60 do século passado, todos com algum interesse por literatura, sabiam que Euclides da Cunha escrevera, sobre a visita de Astrojildo a Machado de Assis, em 1908, um artigo famoso:

“Na noite em que faleceu Machado de Assis, quem penetrasse na vivenda do poeta, em Laranjeiras, não acreditaria que estivesse tão próximo o triste desenlace da sua enfermidade. Na sala de jantar, para onde dava o quarto do querido mestre, um grupo de senhoras – ontem meninas que ele carregava nos braços carinhosos, hoje nobilíssimas mães de famílias – comentavam-lhe os lances encantadores da vida e reliam-lhe antigos versos, ainda inéditos, avaramente guardados nos álbuns caprichosos. As vozes eram discretas, as mágoas apenas rebrilhavam nos olhos marejados de lágrimas, e a palidez completa no recinto onde a saudade glorificava uma existência, além da morte.

“No salão de visitas viam-se alguns discípulos dedicados,

também aparentemente tranquilos.

“E compreendia-se desde logo a antilogia de corações tão ao parecer tranquilos na iminência de uma catástrofe. Era o contágio da própria serenidade incompatível e emocionante em que ia a pouco e pouco extinguindo-se o extraordinário escritor. Realmente, na fase aguda de sua moléstia, Machado de Assis, se por acaso traía com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que o assistiam, na ânsia e no apuro gentilíssimo de quem corrige um descuido ou involuntário deslize. Timbravam em sua primeira e última dissimulação: a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo de sua dor. A sua infinita delicadeza de pensar, de sentir, e de agir, que no trato vulgar dos homens se exteriorizava em timidez embaraçadora e recatado retraimento, transfigurava-se em fortaleza tranquila e soberana.

“E gentilíssimamente bom durante a vida, ele se tornava gentilmente heroico na morte...

“Desapontamento. Mas aquela placidez augusta despertava na sala principal, onde se reuniam Coelho Neto, Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo, Raimundo Correia e Rodrigo Octavio, comentários divergentes. Resumia-os um amargo desapontamento. De um modo geral, não se compreendia que uma vida que tanto viveu as outras vidas, assimilando-as através de análises sutilíssimas, para no-las transfigurar e ampliar, aformoseadas em sínteses racionais –, que uma vida de tal porte desaparecesse no meio de tamanha indiferença, num círculo limitadíssimo de corações amigos. Um escritor da estatura de Machado de Assis só devera extinguir-se dentro de uma grande e nobilitadora comção nacional.

“Era pelo menos desanimador tanto descaso – a cidade inteira, sem a vibração de um abalo, derivando imperturbavelmente na normalidade de uma existência complexa – quando faltavam poucos minutos para que se cerrassem 40 anos de literatura gloriosa...

“Neste momento, precisamente ao anunciar-se esse juízo desalentado, ouviram-se umas tímidas pancadas na porta principal da entrada.

“Abriram-na. Apareceu um desconhecido: um adolescente, de 16 ou 18 anos, no máximo. Perguntaram-lhe o nome. Declarou ser desnecessário dizê-lo: ninguém ali o conhecia; não conhecia por sua vez ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura de seus livros, que o encantavam. Por isso, ao ler nos jornais da tarde que o escritor se achava em estado gravíssimo, tivera o pensamento de visitá-lo. Relutara contra essa ideia, não tendo quem o apresentasse: mas não lograva vencê-la. Que o desculpassem, portanto. Se lhe não era dado ver o enfermo, dessem-lhe ao menos notícias certas de seu estado.

“E o anônimo juvenil – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre, beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.

“À porta, José Veríssimo perguntou-lhe o nome. Disse-lho.



“Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo – no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra.

“Ele saiu – e houve na sala, há pouco invadida de desalentos, uma transfiguração.

“No fastígio de certos estados morais concretizam-se às vezes as maiores idealizações.

“Pelos nossos olhos passara a impressão visual da Posteridade...”

(Euclides da Cunha, **A última visita**,

Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1908).

Trinta anos depois, em 1938, a maior biógrafa de Machado, Lúcia Miguel-Pereira, identificaria o então jovem: Astrojildo Pereira.

Os anos passaram. Em 1964, idoso e doente, a ditadura o prendeu por três meses, em condições que agravaram a sua saúde – e sob protestos gerais da intelectualidade. Por exemplo:

“A prisão de Astrojildo Pereira ocorreu a 9 de outubro de 1964, quando o escritor se apresentou espontaneamente para depor em um IPM, tendo sido conduzido para o quartel do 3º Batalhão de Polícia Militar. Permaneceu incomunicável durante 34 dias.

“A 11 de novembro foi-lhe concedido o primeiro habeas corpus, pelo Supremo Tribunal Militar, sob a alegação de falta de provas.

“Entretanto o escritor continuou preso, não sendo cumprida a decisão judicial.

“A 26 de novembro, o STM deu um prazo de 24 horas para que Astrojildo Pereira fosse libertado.

“Nesse ínterim, por motivos de uma crise cardíaca, Astrojildo ainda preso, foi conduzido para um Hospital Militar, onde

voltou a ficar incomunicável por duas semanas.

“Houve em seguida a concessão de outro habeas corpus, sem que, nem por isso, houvesse a libertação consequente e natural. (Aqui vale esclarecer, também, que as medidas judiciais foram concedidas por unanimidade de votos).

“Mas finalmente, na primeira sessão de 1965, o egrégio Supremo Tribunal Militar resolveu libertá-lo, enviando a decisão para as autoridades competentes.

“Astrojildo tem 74 anos de idade, e durante o período de internamento, 84 dias, sofreu quatro crises cardíacas.

“Trata-se de excelente ensaísta, crítico literário da melhor qualidade, dos maiores conhecedores da obra de Machado de Assis, que conheceu pessoalmente e do qual faz inclusive uma interpretação sociológica, domina vários idiomas e, também, a literatura dos países cuja língua conhece e, sobre ser um fiel intérprete da doutrina marxista, é um dos personagens do meio cultural brasileiro mais humanos que conhecemos” (editorial da revista **Leitura**, cit. por J. R. Guedes de Oliveira, “**Jildo**” – 50 anos de ausência).

Não havia – nunca houve – acusação contra Astrojildo.

Alguns meses depois, ele faleceu.

O ENSAIO

O tomo da obra de Rui Barbosa que coube a Astrojildo Pereira prefaciar era, provavelmente, o mais adequado ao seu talento: tinha como conteúdo o parecer de Rui, quando deputado do Império, em 1884, quanto à Lei dos Sexagenários – na verdade, algo muito além disso, ao estabelecer um limite ao direito de propriedade; o que provocava o ódio dos escravagistas era que, no projeto de Rui e do gabinete liderado pelo senador Dantas, os sexagenários eram libertados sem nenhuma compensação ao senhor de escravos.

Era estabelecido, então, um princípio que, se aprovado pelo Parlamento, teria como consequência a emancipação total dos escravos (daí o título do parecer, quando Rui, através da Câmara, o publicou, no mesmo ano de 1884: **EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS**).

A questão da propriedade – e do direito à propriedade – é, então, o tema decisivo de Rui nesse parecer.

Não se contentando com afirmações genéricas ou supostamente de princípio, ele examina uma por uma as alegações escravagistas.

Rui nota, por exemplo, que os representantes dos senhores de escravos, assacando a acusação de “comunismo” contra o seu projeto de 1884, levantavam a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, como exemplo de respeito à propriedade – pois o filho ou filha de uma escrava, diziam eles, é um ser apenas virtual, uma possibilidade, daí a lei do Visconde do Rio Branco respeitar o direito de propriedade sobre os seres reais, isto é, sobre os escravos.

O grande baiano refutou a alegação, lembrando que o próprio Visconde do Rio Branco, na época da Lei do Ventre Livre, fora tachado de “comunista”. E refrescou a memória da Câmara dos Deputados, citando o que disseram os escravagistas durante a votação de 1871.

Por exemplo, um dos mais esclarecidos (não há, aqui, ironia), Alencar Araripe, disse, então:

“A decretação da liberdade do ventre, sem prévia indenização, viola a propriedade, é evidente; porquanto contraria o princípio de nossas leis civis, consagrado nesta mui conhecida fórmula: partus sequitur ventrem. Em consequência deste princípio, o filho da escrava é também escravo, e pertence ao dono desta. Logo, o proprietário do fruto procedente do ventre servil não pode ser privado de sua propriedade sem prévia indenização, conforme o preceito constitucional. Logo, decretar a



Ao lado, Astrojildo Pereira

liberdade do indivíduo nascido de ventre escravo, sem indenização, é manifesto esbulho do direito de propriedade, e constitui ofensa da nossa Constituição política”.

A argumentação de Rui vai direto ao ponto: a liberdade do escravo é uma restituição de um direito roubado, de um direito desrespeitado brutalmente. Não é o senhor que tem seu direito negado pela libertação do escravo. É o escravo que teve o seu direito à liberdade desrespeitado. Emancipar o escravo é apenas restituir a ele esse direito, do qual foi despojado.

Avesso, completamente, ao fetichismo jurídico, que vê as leis, até mesmo as mais circunstanciais, como princípio e fim de tudo, Rui afirma que existe algo acima das leis e anterior às leis.

Pois, qual o fundamento, exceto algumas leis, para a escravidão?

Nenhum. Havia apenas uma instituição meramente legal da escravidão.

Por quê? Porque a liberdade é, necessariamente, anterior a qualquer lei. Nas suas palavras:

“Pode-se dizer que uma só, dentre todas as propriedades existentes, ou possíveis, é anterior e superior à lei, independente dela e inacessível à sua soberania: é a propriedade do homem sobre si mesmo, a propriedade por excelência, propriedade sobre todas as santas”.

Esse não é o único aspecto abordado por Rui. Mas deixemos ao leitor o prazer e o julgamento de sua lógica, de seu humanismo, de seu talento literário e político.

O parecer de Rui foi escrito, como ressalta Astrojildo Pereira, em 19 dias – o que é uma façanha titânica.

Sobre ele, escreveu Nelson Werneck Sodré:

“Não há talvez em toda a literatura sobre a campanha abolicionista estudo tão profundo e tão circunstanciado como o parecer de Rui Barbosa. Com a sua capacidade de captar as razões, de alinhá-las, num encadeamento cerrado, Rui mostra todos os aspectos da questão do trabalho escravo, analisando detalhadamente cada um deles. Na fase em que o problema, colocado no campo partidário, motivaria o parecer de Rui Barbosa, aumentavam as resistências a todos os passos no sentido de concretizar, de uma forma ou de outra, com indenização, sem indenização, depressa ou com prazo marcado, a abolição do trabalho escravo. Rui foi derrotado em seus propósitos, mas a sua contribuição continua a ser das mais importantes fontes para o estudo do problema. Um lustro depois, a Abolição seria consumada, e a República viria em seguida” (cf. Nelson Werneck Sodré, **O que se deve ler para conhecer o Brasil**, 3ª ed., Civilização Brasileira, 1967, pp. 175-176; cf., também, nosso texto **A formação do abolicionista Rui Barbosa**).

Vejam, então, o ensaio de Astrojildo Pereira sobre o parecer de Rui Barbosa. Não fizemos qualquer edição do texto, exceto, seguindo o próprio Astrojildo, algumas atualizações ortográficas.

CARLOS LOPES.